

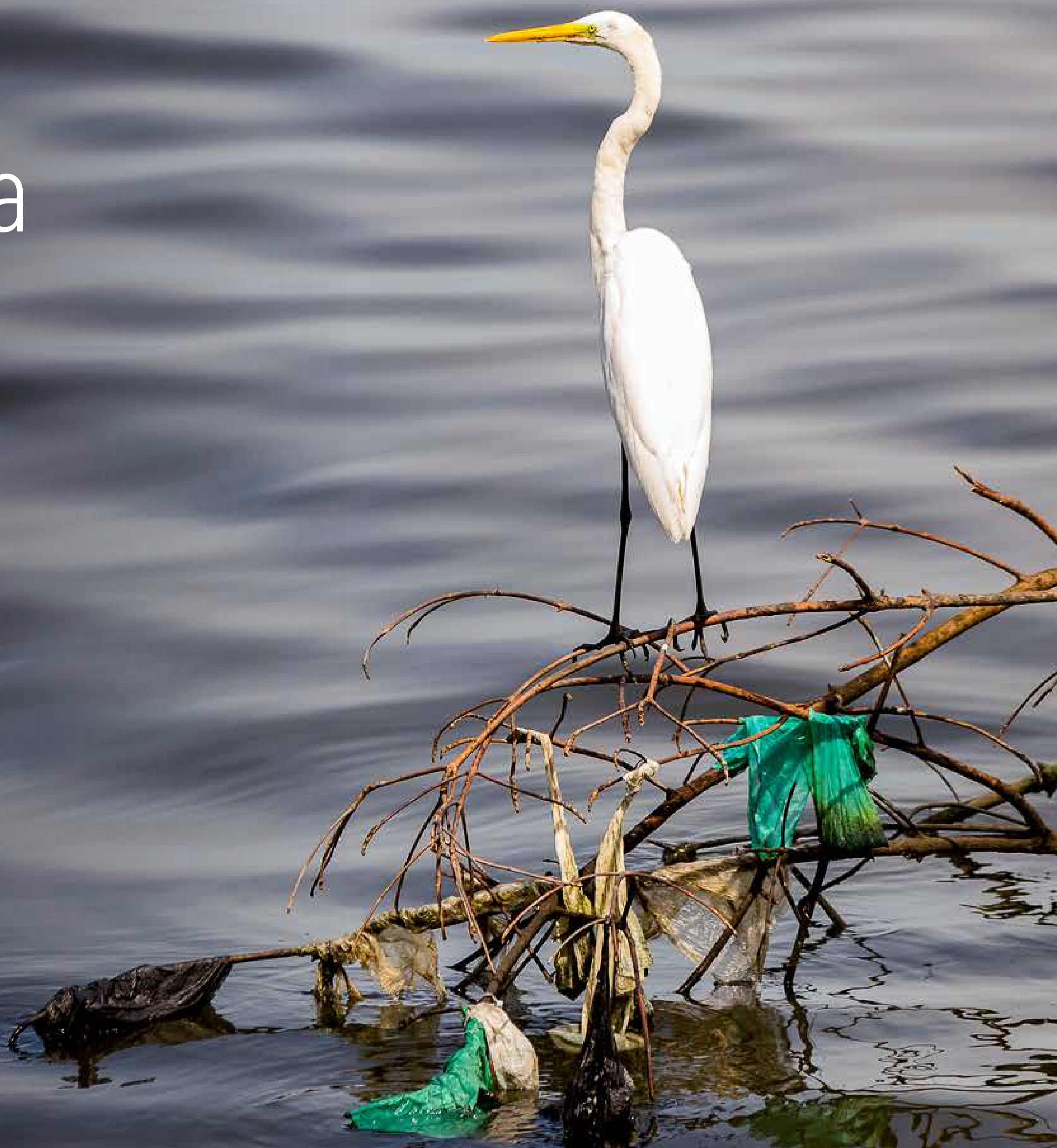
REVISTA DIGITAL

OGUANABARA

EDIÇÃO #1 DEZEMBRO DE 2022

Baía de Guanabara pede socorro

PÁG.22



'Sanear o Brasil é possível',
diz Marilene Ramos, do
Grupo Águas do Brasil

PÁG.40

Obra de **saneamento no**
Morro do Cabrito, em
Niterói, é concluída

PÁG.7



CBH
BAÍA DE
GUANABARA
Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá



EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ

Rua da Quitanda, 185 - sala 402 - Centro, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.091-005 | (21) 97374-3674 - (24) 3355-8389
www.comitebaiadeguanabara.org.br

Diretoria do Comitê: diretoria@comitebaiadeguanabara.org.br
Secretaria Executiva: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

Diretora-Presidente: Adriana Bocaiuva
Vice-Diretor-Presidente: Magno Neves
Diretor-Secretário: Eduardo Frederico Cabral de Oliveira
Diretor-Administrativo: João Flávio Paes Werneck
Diretor-Técnico: Halphy Cunha Rodrigues
Diretor de Comunicação: Gustavo Mello de Souza Sardenberg

Coordenação Técnica

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio
Paraíba do Sul - AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A)
Manejo - Resende/RJ / Cep: 27520-005
(24) 3355-8389
www.agevap.org.br - agevap@agevap.org.br

Produção

Prefácio Comunicação
Rua Dr. Sette Câmara, 75
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG / CEP: 30380-360
(31) 3292-8660
www.prefacio.com.br

Editora e Jornalista responsável: Ana Luíza Purri (MG 05523 JP)

Coordenação: Cíntia Paes

Redação: Cíntia Paes, Cristina Batitucci, Fernanda Pereira, Henrique
Ulhôa, Isabela Lobo

Projeto Gráfico: Tércio Lemos

Diagramação e Infografia: Rebeca Zocratto, Rodrigo Valente

Edição e Revisão: Alexandre Magalhães e Cíntia Paes

Fiscalização e Acompanhamento:

Gustavo Sardenberg
Cleiton Bezerra

Foto de capa: Antônio Marcos / 3Caras Produções



SUMÁRIO

Ampliando o debate e conquistando novos espaços	4
Saneamento do Morro do Cabrito e obra de drenagem da Lagoa de Piratininga marcaram 2022	7
Criação da Revis de Sernambetiba e chegada da Iguá S/A para ampliar saneamento são destaques de 2022	9
Criação do Projeto Aguadeiras e execução do Projeto de Manejo Florestal em 2022 são destaques	11
Rodas de Conversa, reflorestamento e contratação para esgotamento em Guapimirim se destacaram em 2022	13
Participação ativa nas discussões de atualizações do Plano Diretor de Maricá foi destaque em 2022	15
Estudo sobre Unidade de Conservação de proteção integral e criação do GT chorume marcaram 2022	17
Nova direção colegiada no CBH Baía de Guanabara	18
Baía de Guanabara pede socorro	22
Ecosistema da Baía depende de nossas águas	29
A territorialidade e o diagnóstico da Região Hidrográfica V	30
Sanear o Brasil é possível	40
“Saneamento é qualidade de vida”, diz Luana Pretto, do Instituto Trata Brasil	43
Gestão costeira, mudanças climáticas e comunicação serão focos do CBH Baía de Guanabara em 2023	46

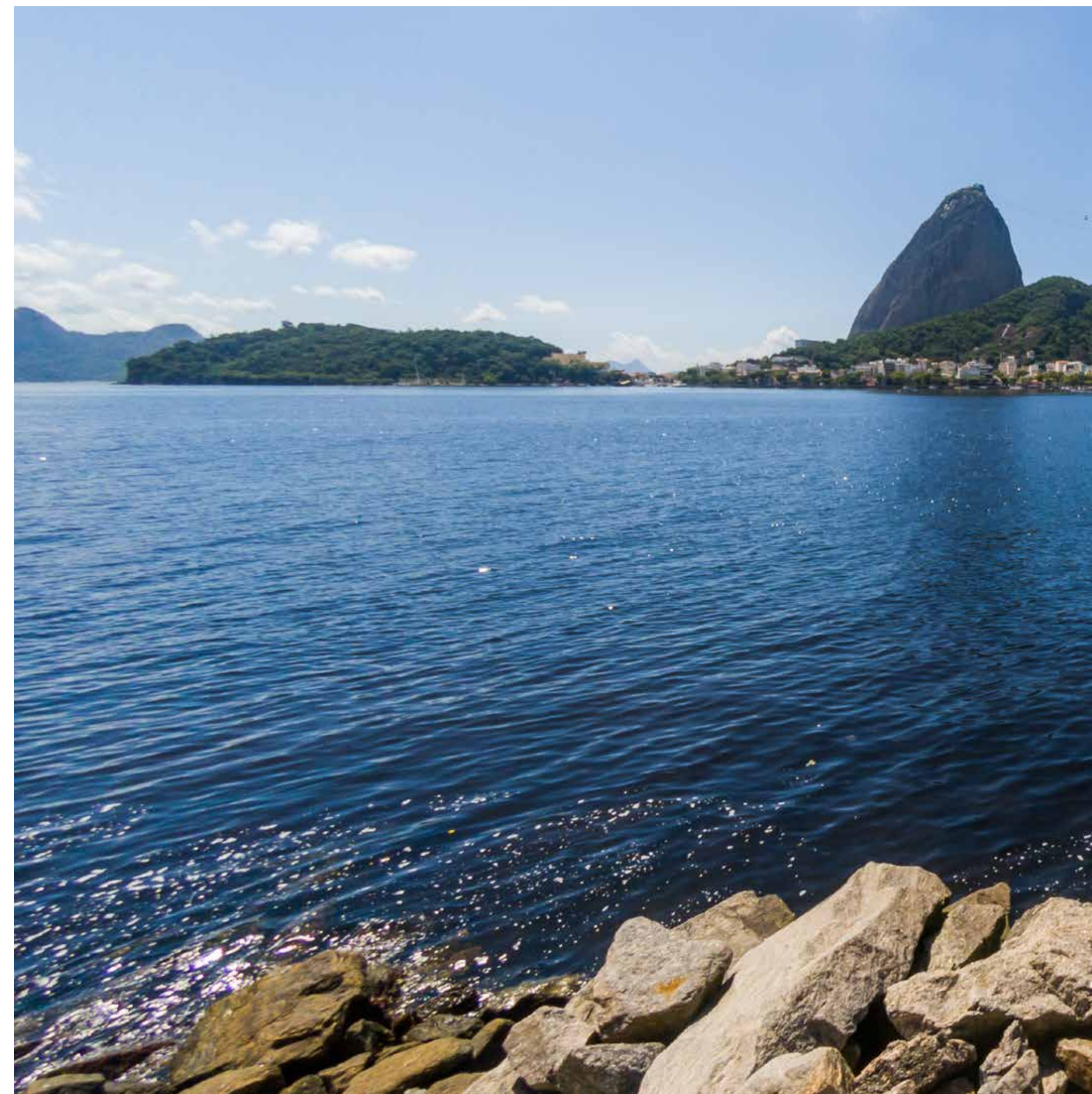
AMPLIANDO O DEBATE E CONQUISTANDO NOVOS ESPAÇOS

**CBH BAÍA DE GUANABARA
COMEMORA AVANÇOS EM 2022,
COMO A PARTICIPAÇÃO EM ALIANÇA
DE MEGACIDADES E INVESTIMENTOS
DE CONCESSIONÁRIAS DE
SANEAMENTO**

A conquista de novos espaços de diálogo, a inclusão de importantes atores nos debates em prol da melhoria da qualidade ambiental da região da Baía de Guanabara e o progresso nos estudos sobre Justiça Ambiental foram alguns dos avanços alcançados pelo CBH Baía de Guanabara em 2022. Outro marco importante foi a eleição dos novos membros da Diretoria Colegiada, que estarão à frente da coordenação do CBH, assim como a eleição da nova composição do Plenário do Comitê e Subcomitês da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e de Jacarepaguá para o biênio (2022/2024). Para a diretora-presidente da entidade, Adriana Bocaiuva, foram inúmeros os desafios enfrentados, mas há muito o que comemorar.

Protagonismo pelas águas

Entre os destaques de 2022 está o ingresso do CBH Baía de Guanabara na Aliança de Megacidades para a Água e o Clima, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). “O tema ‘mudanças climáticas’ não tinha sido incorporado a nenhum tipo de gestão, muito menos à gestão das águas, e acredito que esse seja um avanço grande, já que o comitê é o ponto

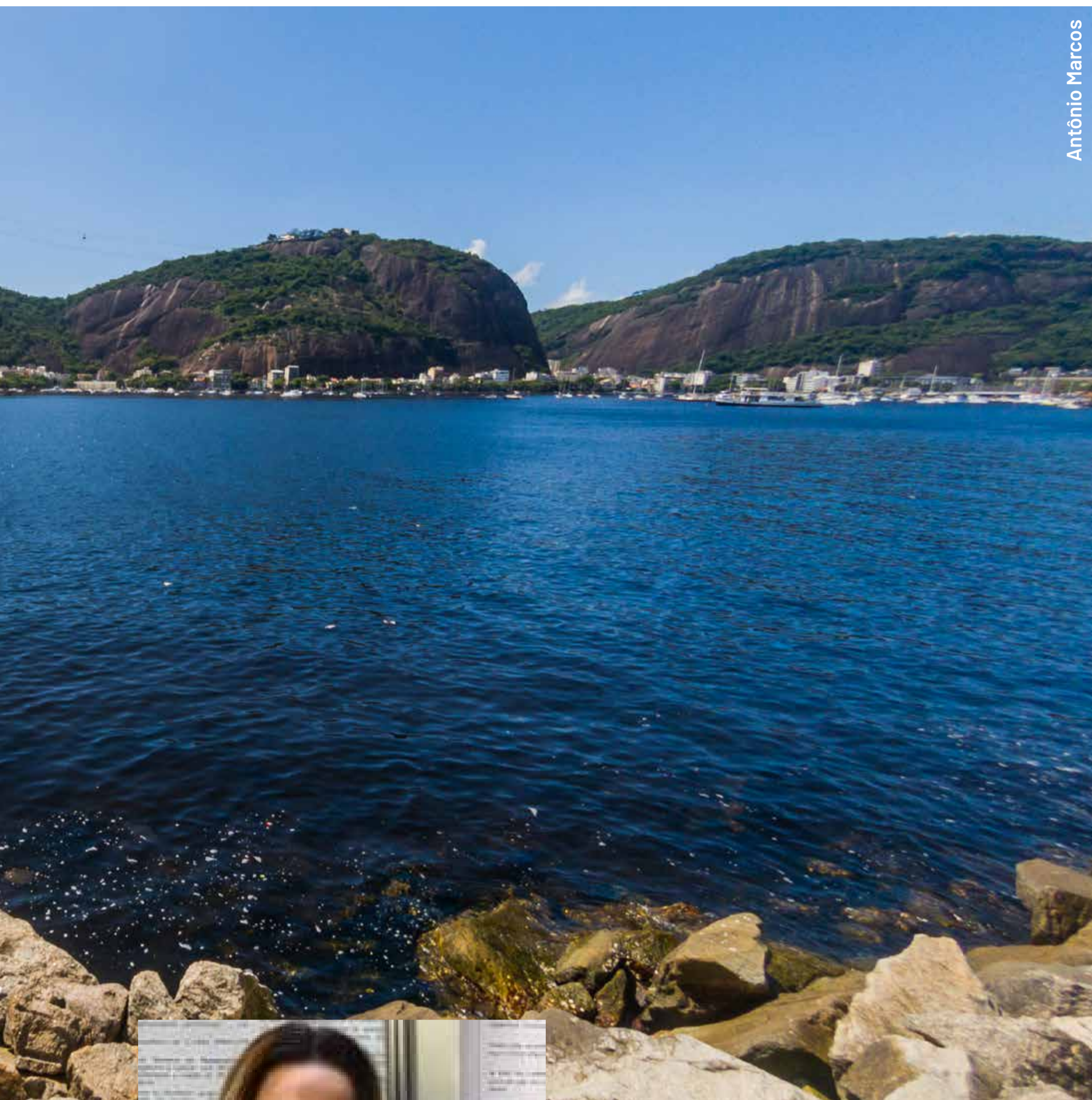


focal desse pleito, que é composto pelo poder público, concessionárias e autoridades da gestão de bacias”, explica Adriana.

Além de levar as discussões sobre mudanças climáticas para o âmbito do Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográfica, por iniciativa dos representantes do CBH Baía de Guanabara e onde o comitê tem assento, também foi criada uma câmara técnica que se dedicará exclusivamente a assuntos ligados à área costeira do Estado do Rio de Janeiro, a Câmara Técnica Costeira (CT-Cost). “A partir de uma demanda nossa, foi aprovada uma moção de apoio à criação da câmara técnica no âmbito do Conselho Estadual. Além disso, estamos presidindo o Fórum Fluminense e conseguir apoiar essas discussões em âmbito estadual é um gol de placa. É um eixo que impacta diretamente a gestão das águas da Baía, já que a Região Hidrográfica V tem um importante percentual do seu território na zona costeira”, comemora a diretora-presidente.

Parceria em prol do meio ambiente

Outro motivo de comemoração para os membros do CBH Baía de Guanabara em 2022 foi o impacto positivo do aporte de capital que está sendo realizado pelas con-



Antônio Marcos



**QUEREMOS QUE O
COMITÊ AVANCE EM
SUAS DELIBERAÇÕES E
ATIVIDADES E ESTAMOS
EMPENHADOS EM
ADEQUAR OS NOSSOS
PROCESSOS PARA QUE
ISSO SEJA POSSÍVEL**

Adriana Bocaiuva
Diretora-presidente do
CBH Baía de Guanabara

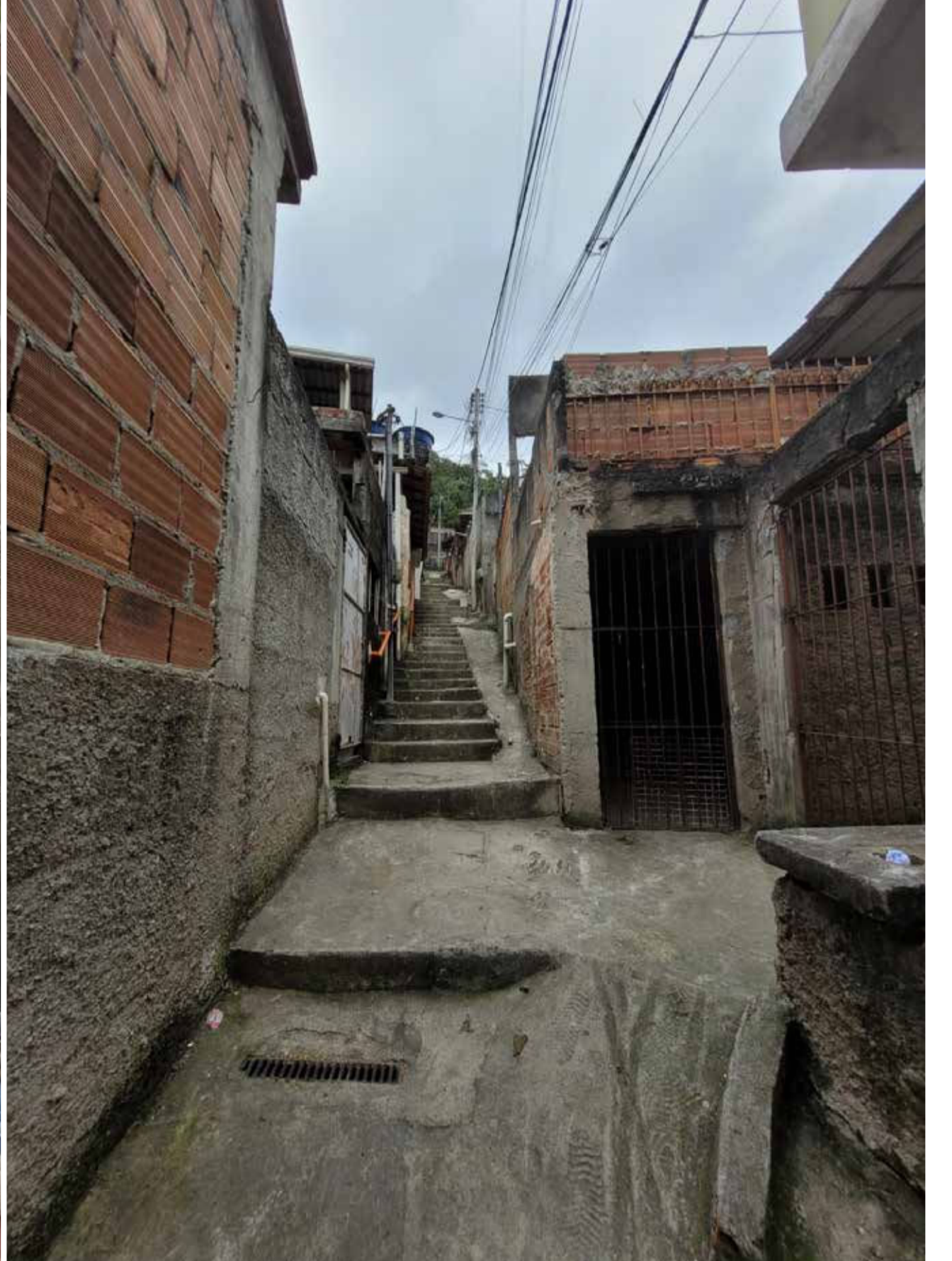
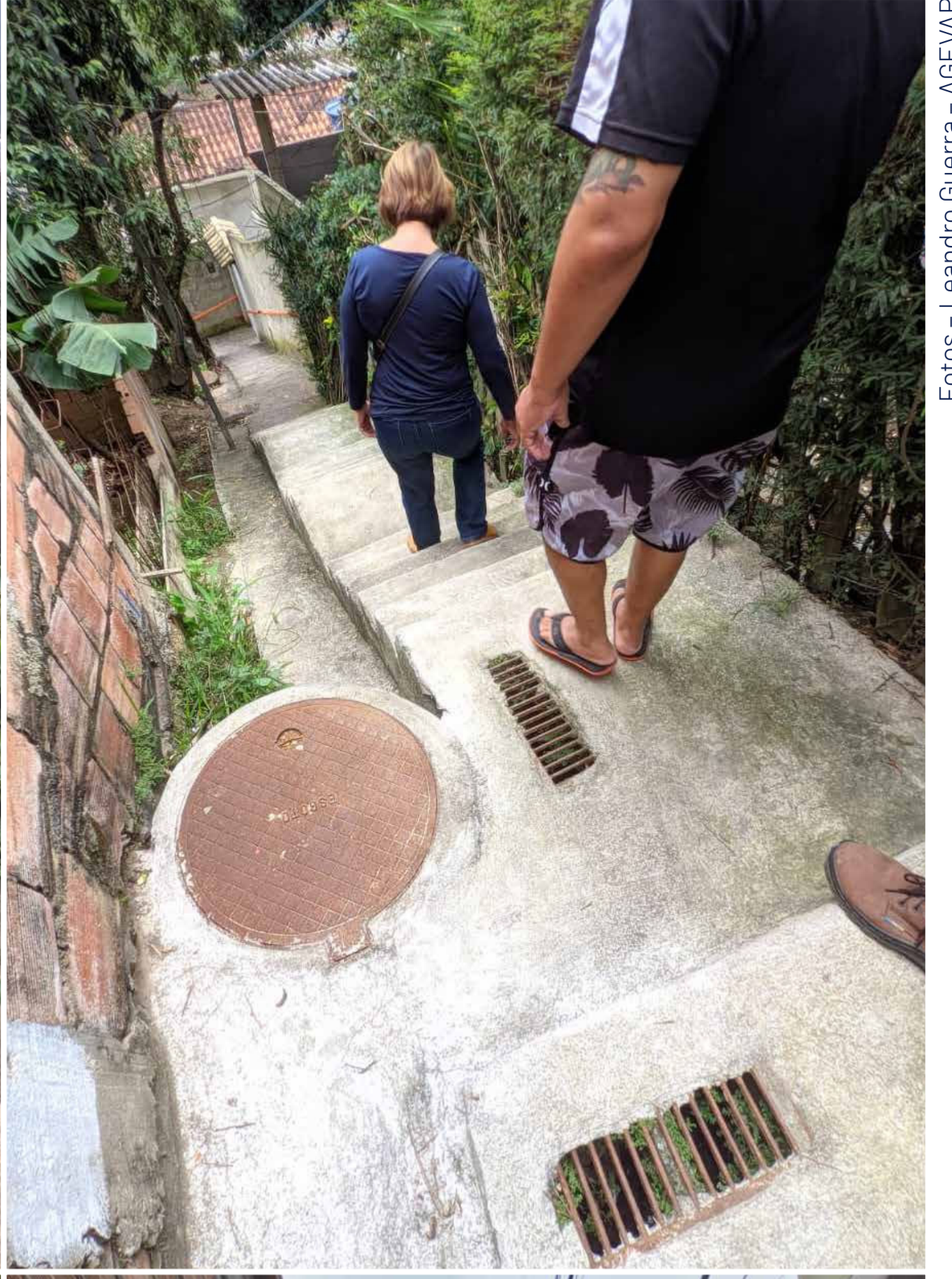
cessionárias de água e saneamento vencedoras dos leilões abertos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além de ampliarem o fornecimento e melhorar a qualidade das águas que abastecem os moradores do estado, e ainda ampliarem a coleta de resíduos sólidos e a coleta e tratamento de efluentes, as empresas deverão contribuir com a recuperação ambiental da Baía de Guanabara por meio da formação de um cinturão de coletores, com o objetivo de impedir o despejo de esgoto no ecossistema. Segundo a diretora-presidente do colegiado, os investimentos já mostraram resultados positivos, com evolução significativa do ecossistema da Baía, inclusive com o retorno de espécies em risco, como o boto-cinza. Para Adriana, os aportes auxiliarão diretamente na melhoria de um dos maiores gargalos da gestão das águas no território da bacia – o saneamento básico.

As concessionárias também passaram a integrar o CBH Baía de Guanabara, ampliando o diálogo entre as partes e permitindo mais efetividade nas ações por meio da junção de esforços. “Estamos negociando o que pode ser antecipado, articulando para que as ações estejam em consonância com os projetos do CBH, para que os recursos se somem e não se sobreponham, e aproximando as concessionárias desse debate, já que estamos muito atrasados no processo de universalização do saneamento”, diz Adriana.

Compromisso com resultados

O último ano também foi marcado pela eleição da nova Diretoria Colegiada do CBH Baía de Guanabara. Formada por representantes da Associação de Moradores do Alto Gávea (Amalga), do Instituto Brasileiro de Direito Ambiental (IBDA), do Parque Nacional da Tijuca, da Secretaria de Proteção e Defesa Civil de Maricá (SEPDEC), do Águas de Niterói e do Piratininga Surfe Clube (PSC), a diretoria assume o desafio de dar mais celeridade aos processos internos, garantindo a entrega de resultados mais concretos aos representantes da plenária e à comunidade da bacia. “Queremos que o comitê avance em suas deliberações e atividades e estamos empenhados em adequar os nossos processos para que isso seja possível”, destaca Adriana.

Outro objetivo da nova gestão é investir na formação de membros, principalmente no que se refere ao tema Justiça Ambiental. “Há um esforço concentrado para a criação desse capital social, na formação de pessoas habilitadas para atuar na gestão de recursos hídricos dentro desse eixo da Justiça Ambiental”, pontua Adriana.



SANEAMENTO DO MORRO DO CABRITO E OBRA DE DRENAGEM DA LAGOA DE PIRATININGA MARCARAM 2022

O ano de 2022 foi de muitas realizações para o Subcomitê Lagoas de Itaipu e Piratininga (Clip). Entre os destaques estão o saneamento do Morro do Cabrito, os marcos físicos na faixa marginal da Lagoa de Itaipu, o monitoramento da qualidade das águas das Lagunas de Itaipu e Piratininga e a obra de drenagem da Lagoa de Piratininga.

Um dos membros da coordenação colegiada do subcomitê no biênio 2022 a 2024, Kátia dos Santos Vallado Braga, citou a importância de ações como o saneamento do Morro do Cabrito e a demarcação da Faixa Marginal de Proteção da Lagoa de Itaipu.

Uma ação importante foi o saneamento do Morro do Cabrito, no Bairro do Jacaré, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), no valor de R\$ 849.763,53. A iniciativa resultou de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Niterói e a Secretaria Executiva (AGEVAP), com a interveniência do CBH Baía de Guanabara. Foram elaborados projetos de infraestrutura que contemplaram a instalação de redes coletoras de esgoto e as respectivas ligações nas residências, além de drenagem pluvial. Também foram instalados alguns patamares com o objetivo de

solucionar os problemas derivados do intenso escoamento das águas de chuva. Na etapa de finalização da obra, foi feita a pavimentação do local e a recuperação dos acessos, bem como a ligação das redes da comunidade à rede da Estrada Frei Orlando.

Outro destaque foi a visita técnica de representantes do Comitê para estudar a área de demarcação da Faixa Marginal de Proteção da Lagoa de Itaipu. Marcos foram instalados para delimitar os locais onde não pode haver edificações e para preservar o ecossistema da região e seus recursos naturais. A área demarcada corresponde a uma faixa de aproximadamente 30 metros a partir do espelho d'água.

Houve também o monitoramento da qualidade das águas das Lagunas de Itaipu e Piratininga.

Já o Procedimento Operacional Padrão (POP), obra de drenagem da Lagoa de Piratininga, realizada junto com a Prefeitura Municipal de Niterói, foi finalizada. Essa obra foi outra conquista.

Com todas essas ações, o Subcomitê se prepara para um ano de 2023 com muito mais motivação e fôlego para continuar defendendo os interesses da Baía de Guanabara.



CANAL DE SERNAMBETIBA



UTR ARROIO FUNDO

CRIAÇÃO DA REVIS DE SERNAMBETIBA E CHEGADA DA IGUÁ S/A PARA AMPLIAR SANEAMENTO SÃO DESTAQUES DE 2022

O subcomitê do Sistema Lagunar de Jacarepaguá registrou muitos êxitos em 2022, como a criação do Revis de Sernambetiba, a entrada da Iguá S/A para ampliar os serviços de saneamento da região e a participação do subcomitê no monitoramento dos corpos hídricos da bacia.

Eloisa Torres, que esteve na coordenação do subcomitê até setembro do ano passado, destaca que o principal ponto positivo foi a criação do Revis Campos (Refúgio de Vida Silvestre) de Sernambetiba, que tem uma Área de Proteção Ambiental em seu entorno. “O Revis partiu de uma iniciativa da prefeitura do Rio de Janeiro e era um sonho acalentado por muitos ecologistas, entre eles, Alceo Magnanini. O subcomitê está participando ativamente do Conselho do novo Revis, o que foi uma realização para nós”, afirma Eloisa.

A criação de um Revis naquele local é de grande interesse ecológico por se tratar de área úmida e última gleba remanescente não impermeabilizada, situada nas imediações do sistema lagunar de Jacarepaguá. Sendo assim, serve de abrigo para a fauna existente, composta por diversas espécies de aves, pequenos mamíferos, anfíbios, répteis e outros animais silvestres, auxilia no equilíbrio do microclima da região e contempla o interesse da população de que as áreas verdes ainda disponíveis sejam preservadas.

Outra conquista do subcomitê foi a entrada em operação da Iguá S/A que assumiu os serviços de saneamento da região com o intuito, inclusive, de ampliá-los. Além disso, um marco de 2022 foi o financiamento e a participação do subcomitê no Programa Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município.

Um ponto negativo foi o descomissionamento da Unidade de Tratamento do Rio (UTR) de Arroio Fundo pela Iguá S/A, com base em um laudo que indicava que a unidade não era eficiente. No passado, a prefeitura já havia sinalizado que o custo para manter a estrutura era muito alto – R\$ 10 milhões por ano. A desmobilização causou grande preocupação aos membros da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT), que procurou o Tribunal de Contas do município para pedir explicações.

O objetivo da UTR era manter as águas do Rio Arroio Fundo e da Lagoa de Jacarepaguá limpas, beneficiando cerca de 300 mil moradores de Jacarepaguá, Anil, Rio das Pedras, Cidade de Deus e Vila do Pan. Essa UTR tratava o esgoto que passa pelos rios Arroio Fundo e Grande, em uma vazão de até 1.800 litros por segundo, o que melhorava em 92% a 96% a qualidade da água despejada no complexo lagunar de Jacarepaguá. Sem tratamento, os sedimentos e o esgoto do rio correm diretamente para a Lagoa do Camorim, piorando ainda mais as condições do sistema lagunar da região. A emissão de efluentes sem tratamento é um dos principais causadores da poluição das águas da Baía de Guanabara.

Outro destaque foi a participação do subcomitê no processo de monitoramento nos corpos hídricos da bacia. “O monitoramento é importante para ampliar o conhecimento sobre a qualidade das águas superficiais interiores, originando a formação de um banco de dados com informações de longos períodos. Essas informações facilitarão a gestão dos recursos hídricos e a compreensão de fenômenos relativos às alterações do ambiente natural”, destaca Eloisa.

Em 2023, o Subcomitê seguirá ativo e atento às ações necessárias para corrigir os problemas que a região enfrenta.



CRIAÇÃO DO PROJETO AGUADEIRAS E EXECUÇÃO DO PROJETO DE MANEJO FLORESTAL EM 2022 SÃO DESTAQUES

O Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas teve um ano de 2022 bastante movimentado, com vários projetos importantes executados. Alguns destaques foram o Projeto Aguadeiras; o Projeto de Manejo Florestal em Áreas de Preservação Permanente; o Projeto Água e Esgoto Rocinha/São Conrado e a aprovação e destinação de recursos financeiros para a contratação de Estudo de Diagnóstico do Esgotamento Sanitário do Sistema Lagunar Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

De acordo com Adriana Bocaiuva, que esteve na coordenação do subcomitê até setembro de 2022, um projeto que merece ser citado é o Aguadeiras, de educação ambiental. É um projeto de monitoramento da qualidade e quantidade da água do rio Rainha, na Bacia Hidrográfica do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas, a partir do uso de macroinvertebrados bentônicos (organismos que habitam o substrato de fundo de habitats aquáticos, durante parte do seu ciclo de vida) como bioindicadores, que resultou de parcerias com instituições de ensino públicas e privadas localizadas na região e instituições de pesquisa e de defesa do meio ambiente. “O projeto deve buscar o protagonismo dos estudantes na defesa da qualidade da gestão hídrica na região, além da difusão da atuação do Subcomitê do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas”, explica Adriana.

Outra iniciativa foi o Projeto de Manejo Florestal em Áreas de Preservação Permanente e do Rio Rainha. Além disso, houve um monitoramento quali-quantitativo da região e pontos foram incluídos na parceria com o INEA para o Programa de Monitoramento de Conta-

minantes Emergentes, Florações de Microalgas, Vírus Entéricos e Carne.

O Projeto Água e Esgoto Rocinha/São Conrado, por sua vez, foi outro trabalho de grande relevância executado em 2022. O sistema de captação de águas naturais, pluviais e esgoto clandestino da Rocinha hoje é afunilado e tem como destino final a elevatória de Ipanema, porém, esse sistema é falho e basta chover para que todo o lixo sólido e o esgoto de toda a região vá parar no oceano via praia de São Conrado. O objetivo do projeto é unir PUC, Águas do Rio, Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas e o C7 Rio na identificação de uma solução para a piscina de decantação pré-UTR São Conrado (hoje desativada) e implementação de um maquinário automatizado que irá operar 24 horas, 7 dias por semana, na retirada de lixo sólido dessa piscina. Dessa forma, libera-se o sistema de tratamento de esgoto e bombeamento para que possam funcionar em sua máxima capacidade, livrando os mares, praias e oceanos do impacto negativo que os vem assombrando nos últimos 12 anos.

Segundo o especialista em Recursos Hídricos do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas, Luís Fernando Faulstich Neves, a principal ação do subcomitê em 2022 foi a aprovação e destinação de recursos financeiros para a contratação de Estudo de Diagnóstico do Esgotamento Sanitário do Sistema Lagunar Rodrigo de Freitas no município do Rio de Janeiro, conforme regulamentado pela Resolução do CBHBG nº 120/2022. O valor destinado para a iniciativa foi de R\$ 1.773.843,72.

Esse estudo permitirá um diagnóstico “visionário” do saneamento na região da Lagoa Rodrigo de Freitas, pois resultará em uma visão abrangente dos aspectos que influenciam a coleta e tratamento de esgoto local.



RODAS DE CONVERSA, REFLORESTAMENTO E CONTRATAÇÃO PARA ESGOTAMENTO EM GUAPIMIRIM SE DESTACARAM EM 2022

O Subcomitê Leste executou vários projetos de destaque em 2022, como as Rodas de Conversa sobre segurança hídrica, ações de reflorestamento juntamente com a Cedae em Cachoeiras de Macacu e o início da contratação de uma empresa do setor de esgotamento sanitário para estudo de concepção em Guapimirim.

Diante das ameaças de escassez hídrica, o Subcomitê organizou uma série de Rodas de Conversas online, com a participação de membros do CBH Baía de Guanabara, especialistas e representantes de entidades. O objetivo foi compartilhar conhecimentos, debater soluções e apontar caminhos que possam mitigar os efeitos das mudanças climáticas nos corpos hídricos. Ao todo, foram realizados quatro encontros.

O primeiro deles abordou o tema “Vulnerabilidade e pressões ambiental, social e econômica da região leste”. Os participantes buscaram identificar os principais conflitos, riscos e pressões ambientais relacionados à manutenção da quantidade e da qualidade da água na região, além de coletar informações sobre sua contextualização territorial.

O tema abordado na segunda edição das Rodas de Conversa tratou dos efeitos das alterações no clima em toda Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares. A escassez hídrica é explicada pela mudança climáti-

ca e pela redução da precipitação anual, que deverão agravar o problema.

A terceira edição debateu o tema “Potencial de exploração de águas subterrâneas na região leste, seus riscos e impactos”, com a presença de especialistas que abordaram o uso de águas subterrâneas para abastecimento humano e outras necessidades. Segundo a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), praticamente todos os países exploram esse recurso. Em relação ao Brasil e, especialmente o Rio de Janeiro, o aumento do uso pode ser uma das saídas para resolver a insegurança hídrica.

O tema da quarta edição foi “Alternativas de Transposições, seus Riscos e Impactos”. Várias alternativas para incrementar a segurança hídrica do leste metropolitano do Rio de Janeiro foram levantadas.

Outra iniciativa a ser destacada foi o ato convocatório aberto pela AGEVAP e Subcomitê Leste para contratação de uma empresa especializada na elaboração de estudo de concepção, projetos básico e executivo de um sistema de esgotamento sanitário no bairro Vale das Pedrinhas, em Guapimirim/RJ.

Cabe, por fim, destacar o Programa de Reflorestamento para o Projeto de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente para a produção de água em Cachoeiras de Macacu, que demandou um investimento de R\$ 60 mil.

Assista aqui às Rodas de Conversa





CACHOEIRA DO ESPRAIADO

PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS DISCUSSÕES DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO DIRETOR DE MARICÁ FOI DESTAQUE EM 2022



Subcomitê Maricá-Guarapina executou uma série de projetos em 2022 e, para o ano de 2023, muitos outros já estão em andamento. A coordenadora do Subcomitê Maricá-Guarapina, Flávia Lanari Coelho, elencou as principais conquistas do Subcomitê no ano de 2022.

Composto por representantes da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar), prefeitura local e Universidade Federal Fluminense (UFF), o Grupo de Acompanhamento do Projeto Lagoas Vivas – GAPLV foi criado em 2021 com o objetivo de analisar, estudar e elaborar parecer/relatório sobre a iniciativa em execução no sistema lagunar, iniciativa que teve continuidade no ano passado.

Além disso, o Subcomitê participou ativamente das discussões que precederam a atualização e revisão do Plano Diretor de Maricá, com destaque para questões que dizem respeito aos recursos hídricos, como saneamento básico, qualidade das águas e faixa marginal de proteção em zona urbana.

Uma solicitação de estudo encaminhada ao Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro (DRM/RJ), por sua vez, visou diagnosticar o nível anormal de manganês em amostras coletadas pela Cedae.

Outra ação importante foi a participação na Expo Maricá, que reuniu empresários do município e tratou de temas como atuação da sociedade na gestão das águas, momento em que foi possível explicar para o público como atua um Comitê de Bacia Hidrográfica.

Também foi destaque a articulação com o CBH Baía de Guanabara para a elaboração do “Mapa de Empreendimentos com Potenciais Impactos aos Recursos Hídricos”, que pretende atualizar os dados coletados na primeira versão, agora com o acréscimo da localização por GPS e criação de critérios para a graduação do nível dos impactos.

Assim, a expectativa é que todos os projetos e ações continuem ativas e abram outras portas para o Subcomitê em 2023.

Pontos de atenção

Mesmo com as conquistas, para 2023, o Subcomitê aponta algumas preocupações, como os vários empreendimentos e as inúmeras intervenções na bacia hidrográfica e no sistema lagunar, que continuam a merecer análise e debate por parte do colegiado.



ESTUDO SOBRE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E CRIAÇÃO DO GT CHORUME MARCARAM 2022

O Subcomitê Oeste registrou muitas realizações em 2022, como a realização de um estudo de viabilidade da Unidade de Conservação de Proteção Integral no trecho oeste da Baía de Guanabara e a participação em um Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde e criação do Grupo de Trabalho Chorume.

Como resultado das ações do GT de Infraestrutura Verde, foi realizada a capacitação dos seus membros, a partir de um convite feito a especialistas para exporem temas relativos à conservação dos recursos hídricos. De acordo com Leandro Travassos, membro do Subcomitê Oeste e coordenador de Infraestrutura Verde, foram realizadas rodas de conversa que trataram de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) e deliberaram sobre investimentos. "Sempre buscamos privilegiar as Unidades de Conservação de Proteção Ambiental da região", ilustra o biólogo.

Considerando o avanço da metrópole sobre áreas rurais e de vegetação nativa, produtoras de água e responsáveis pela regulação de cheias, também foram feitos investimentos que resultaram em um diagnóstico sobre criação e ampliação de unidades de conservação na região abrangida pelo Subcomitê Oeste.

Outra ação importante foi a contratação de serviços para a elaboração de um estudo técnico destinado à criação e implementação básica de Unidade de Conservação de Proteção Integral no trecho oeste da Baía de Guanabara. A empresa Azevedo Consultoria foi contratada por meio de licitação e foram realiza-

dos levantamentos de campo e encontros com sócios locais e especialistas. Após algumas reuniões com membros do Subcomitê, locais e colaboradores, foi elaborada uma proposta final que resultou na sugestão de ampliação da Reserva Biológica do Tinguá, da Área de Preservação Ambiental do Alto Iguazu e do Refúgio de Vida Silvestre da Serra da Estrela, além da criação de um Refúgio de Vida Silvestre Municipal, em Duque de Caxias.

Foi criado também um Grupo de Trabalho para tratar do chorume, de acordo com a Resolução CBH Baía de Guanabara nº 108. O chorume é um resíduo líquido escuro formado a partir da decomposição de matéria orgânica encontrada no lixo. É altamente poluidor e é encontrado em aterros sanitários, lixões e cemitérios. Pode causar sérios danos ao meio ambiente, pois tem baixa biodegradabilidade e possui metais pesados que os organismos vivos não conseguem eliminar. Por isso, é tão importante para o planeta tratar o chorume.

Foi aprovado um plano de trabalho que compreende visitas técnicas a lixões e aterros, bem como Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) que também realizam o tratamento de chorume. Membros do Subcomitê realizaram ainda uma visita técnica à ETE Alegria, localizada no bairro do Caju, com a presença de integrantes no Ministério Público do Rio de Janeiro. No local, foi constatado que ocorreu um acúmulo de resíduos indevido nas margens da Baía de Guanabara.

Novos locais serão visitados para que sejam decididas as melhores formas de tratamento do chorume na região.

NOVA DIREÇÃO COLEGIADA NO CBH BAÍA DE GUANABARA

O CBH Baía de Guanabara está sob nova direção colegiada. Os 6 representantes dos Subcomitês que assumem os cargos de diretores têm a missão de, pelos próximos dois anos, buscar uma gestão cada vez mais coletiva, com contribuições de todas as vozes presentes dentro do Comitê e também nos relacionamentos que se envolvem na gestão hídrica da Região Hidrográfica V.

O processo eleitoral, realizado entre julho e setembro, seguiu todos os protocolos estabelecidos por lei e teve como orientação principal o Regimento Interno atual, aprovado em 15 de junho de 2022.

Compromissos da nova gestão

Garantir a continuidade dos avanços implementados no último biênio, buscando avançar na qualidade da comunicação e na celeridade da implementação de projetos, com olhar especial para os impactos das mudanças climáticas no território e na articulação entre gestão de recursos hídricos e a gestão costeira.



Cleiton Bezerra/Agevap

Adriana Bocaiuva
Diretora-presidente

Advogada especialista em Direito Ambiental, mestre em Engenharia Urbana pela Technische Universität Carolo-Wilhelmina zu Braunschweig e PUC-Rio, e doutora em Políticas Públicas Ambientais pelo Instituto de Economia da UFRJ.



Arquivo Pessoal

Magno Neves
Vice-diretor-presidente

Advogado especializado em Direito Ambiental, Mestre em Recursos Hídricos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutorando em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Córdoba (FD/UNC).

Arquivo Pessoal



Eduardo Frederico Cabral de Oliveira

Diretor-Secretário

Coronel da Reserva da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, graduado pela Escola de Formação de Oficiais, mestre em Engenharia Ambiental e doutorando pelo Programa de Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Lisboa.

Arquivo Pessoal



João Flávio Paes Werneck

Diretor-Administrativo

Graduado em Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2017, e especialista em Engenharia de Segurança do trabalho na Universidade Federal Fluminense (UFF/Iatec), em 2021.

Arquivo Pessoal



Halphy Cunha Rodrigues

Diretor-Técnico

Graduado em 2006 em Direito, pós-graduado e com experiência em Direito do Consumidor (Difuso), Ambiental e Contratos (Concessão de Serviços Públicos e outros), acumula 20 anos de trabalhos realizados no ramo de saneamento básico nas concessionárias Águas de Nova Friburgo e Águas de Niterói.

Arquivo Pessoal



Gustavo Mello de Souza Sardenberg

Diretor de Comunicação

É representante do Piratininga Surfe Clube. Formado em confecção industrial de vestuário pelo Senai/CETIQT e ambientalista. Faz parte do grupo de ação permanente de preservação do meio ambiente SOS-lagoa desde o final do ano 1980.



Conheça todos os integrantes do CBH Baía de Guanabara

Coordenações colegiadas

Nesse processo eleitoral, foi revisto também a atuação dos Subcomitês, que passam a ter coordenações colegiadas, com atuação ainda mais coletiva, respeitando a equidade entre as instâncias Poder Público, Usuários e Sociedade Civil.

Conheça as coordenações colegiadas de cada Subcomitê:

Oeste

Gisele Dornelles Pires

Universidade Iguazu (Sociedade Civil)

Alexandre Anderson de Souza

Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR (Usuários)

Guilherme Guimarães

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (Poder Público)

Lagoa Rodrigo de Freitas

Vera Chevalier

Associação Projeto Lagoa de Marapendi – Ecomarapendi (Sociedade Civil)

Sinval Araújo de Andrade

Águas do Rio (Usuários)

Eduardo Frederico Cabral de Oliveira

Parque Nacional da Tijuca (Poder Público)

Leste

Andresse Maria Gnoatto

Associação de Protetores do Mar (Sociedade Civil)

Halphy Cunha Rodrigues

Águas de Niterói (Usuários)

Elielson Teixeira da Silva

Prefeitura Municipal de Tanguá

Lagoas Itaipu e Piratininga (Clip)

Kátia dos Santos Vallado Braga

Conselho Comunitário da Região Oceânica – CCRON (Sociedade Civil)

Gustavo Mello de Souza Sardenberg

Piratininga Surfe Clube – PSC (Usuários)

Ricardo Voivodic

Parque Estadual da Serra da Tiririca (Poder Público)

Jacarepaguá

Verônica Beck

Associação de Moradores e Amigos da Freguesia – AMAF (Sociedade Civil)

Michel Costa Dantas

Associação de Pescadores da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, Lagos e Rios Adjacentes – Apesba-gua (Usuários)

Tamara Grisolia Fernandes

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS

Maricá-Guarapina

Flávia Lanari Coelho

Associação de Preservação Ambiental das Lagoas de Maricá – APALMA (Sociedade Civil)

Paulo Cardoso da Silva

Associação Livre de Aquicultura e Pesca de Itaipuaçu – ALAPI (Usuários)

João Flávio Paes Werneck

Secretaria de Proteção e Defesa Civil de Maricá – SEPDEC (Poder Público)

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL*

A dimensão de Educação Ambiental no Comitê da Região Hidrográfica da Baía da Guanabara vem avançando desde 2016, e se consolida quando da estruturação do Macro Programa de Educação Ambiental, Mobilização e Capacitação, em 2018. A partir dos consensos estabelecidos no Comitê, foram definidos dois eixos estruturantes iniciais para esse Macro Programa: Elaboração do Plano de Educação Ambiental do Comitê e o aporte de recursos para Apoio à Projetos de Educação Ambiental Formal e Não-Formal.

Para que esses eixos sejam configurados, é necessário que sejam definidas as Diretrizes de Educação Ambiental do Comitê, alinhadas às Políticas Públicas de Educação Ambiental, bem como às orientações advindas dos Encontros Formativos de Educação Ambiental, Capacitação e Gestão das Águas, coordenados pela ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Neste sentido, a atual gestão da CTEM – Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização – vem resgatando algumas ações que foram objeto de reflexão pelos integrantes das várias gestões desta Câmara Técnica desde 2016, visando o fortalecimento da Educação Ambiental no Comitê. Dentre essas, podemos citar:

- Proposta de criação de um Observatório da Educação Ambiental com foco em Recursos Hídricos, da Região Hidrográfica V do Estado do Rio de Janeiro;
- Proposta de elaboração de Diretrizes de Educação Ambiental, Capacitação e Mobilização do Comitê;
- Proposta de Linhas de Ação para o Plano de Aplicação Plurianual;
- Proposta de Linhas de Atuação da CTEM;
- Ações formativas para os integrantes do Comitê, incluindo aportes às discussões acerca do conceito de Governança.

Importante considerar também a importância dos educadores ambientais engajados no Comitê, no que se refere ao fortalecimento do campo da Educação Ambiental, notadamente no Ecobs – Encontro de Comitês de Bacias do Rio de Janeiro. Educadores Ambientais do Comitê estiveram à frente da elaboração participativa

da 1ª Carta dos Educadores Ambientais durante o Ecob-2016 e da 2ª Carta dos Educadores Ambientais durante o Ecob-2022.

Tendo em vista os saberes construídos nestas reflexões e ações, bem como as convergências políticas que orientam as ações do Comitê, alguns desafios se apresentam para a dimensão da Educação Ambiental nos próximos anos, quais sejam:

- Continuidade das reflexões, e posterior aprovação, das Linhas de Atuação da CTEM;
- Construção das Diretrizes de Educação Ambiental do Comitê, para o monitoramento e avaliação contínuos de todas as ações de Educação Ambiental apoiadas com recursos do Comitê;
- Definição dos próximos encaminhamentos para a elaboração do Plano de Educação Ambiental do Comitê;
- Definição, à luz das Diretrizes de Educação Ambiental do Comitê, dos critérios de apoio à Projetos de Educação Ambiental na Região Hidrográfica V, tanto no âmbito formal quanto não-formal;
- Construção de estratégias formativas contínuas para os integrantes do Comitê, principalmente no que se refere ao Sistema de Recursos Hídricos, bem como acerca do campo da Educação Ambiental para a gestão dos Recursos Hídricos;
- Coordenação da construção dos Indicadores de Governança do Comitê, alinhados ao Protocolo de Governança das Águas;
- Acompanhamento das ações de Comunicação do Comitê.

Os desafios são complexos, mas com o engajamento político e mobilização dos diversos saberes dos integrantes da CTEM bem como o apoio da Diretoria e Coordenação dos Subcomitês, o campo da Educação Ambiental do Comitê terá avanços significativos.

*** POR JACQUELINE GUERREIRO**
Coordenadora da Câmara Técnica de
Educação Ambiental e Mobilização (CTEM)

BAÍA DE GUANABARA PEDE SOCORRO

RESULTADO DE UM ANO DE
MONITORAMENTO DA ÁGUA NA REGIÃO
HIDROGRÁFICA É PREOCUPANTE



Somente quatro dos 93 pontos monitorados em toda a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara apresentaram Índice de Qualidade da Água classificada como boa nos relatórios mensais do programa de Monitoramento Quali-Quantitativo, realizado pelo Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (CBH Baía de Guanabara). De acordo com o estudo, iniciado em outubro de 2021, o despejo de esgoto e o descarte de lixo nos diversos corpos hídricos que compõem a região, especialmente em áreas de alta densidade demográfica, são motivos de grande preocupação para quem lida com o tema.

Com o objetivo de mapear a qualidade da água e traçar ações junto às autoridades estaduais e municipais que visam preservar os corpos d'água, o programa vai analisar por 30 meses a realidade hídrica dos 17 municípios inseridos, parcial ou totalmente, na região hidrográfica.

Todos os meses, equipes coletam amostras nos 93 pontos selecionados e leem os dados obtidos, a partir de 13 parâmetros técnicos – 10 deles determinantes para o Índice de Qualidade da Água (IQA). Parte da geografia da

segunda maior metrópole do país, o Rio de Janeiro, a região da Baía de Guanabara apresenta um histórico de ocupação desordenada e ineficiência no acesso à universalização dos serviços de saneamento básico.

Para a Secretaria Executiva do CBH Baía de Guanabara, responsável pela contratação do estudo, mais de um ano após o início do monitoramento, já é possível traçar um perfil de cada ponto em que as coletas têm sido realizadas. O levantamento tem evidenciado uma queda gradativa da qualidade da água ao longo do trajeto dos rios, comprovando, por meio de dados concretos, o lançamento de efluentes domésticos in natura nos corpos hídricos, com consequente degradação da qualidade da água das lagoas costeiras e da Baía de Guanabara.

O escopo do levantamento é resultado de uma construção coletiva que envolveu o CBH Baía de Guanabara, sua secretaria executiva – a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Agevap) –, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), a Prefeitura do Rio de Janeiro, as universidades Federal do Rio de Janeiro, Federal Fluminense e Estadual do Rio de Janeiro, a concessionária municipal Águas de Niterói e especialistas.



Fotos da 1ª e da coleta mais recente, no Rio Sacarrão, na região do Subcomitê Jacarepaguá, um dos 4 pontos que apresentaram classificação de IQA “boa”

O GRANDE ASSUNTO

O investimento integral de R\$ 2.293.350 está sendo realizado pelo CBH Baía de Guanabara, por meio de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

Realidade dos Subcomitês

O diagnóstico aponta que a qualidade da água piora à medida em que aumenta a densidade demográfica. É possível observar uma pior qualidade da água dos rios localizados no território do Subcomitê Oeste, onde, na média após 13 meses de monitoramento, todos os locais foram classificados entre médio e muito ruim. Na área do Subcomitê do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, é observado padrão semelhante, exceto para os pontos localizados mais a montante (próximos à nascente).

Na área do Subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas, também na capital fluminense, os pontos foram classificados como de qualidade ruim, média ou boa, dependendo da localização, a jusante (com mais ocupação e pressão antrópica) ou a montante (com menos ocupação humana), respectivamente. Na porção leste da Baía de Guanabara, ainda é possível encontrar uma qualidade geral um pouco melhor.

Já no Sistema Lagunar de Itaipu e Piratininga, em Niterói, e na bacia do Sistema Lagunar de Maricá, a qualidade alternou entre média e ruim, sendo que na área do Subcomitê Leste foram identificados mais pontos com qualidade média e boa, demonstrando a importância da preservação ou recuperação desses corpos hídricos tão importantes para o abastecimento público de água das cidades localizadas nessa região, assim como Maricá, Niterói e Ilha de Paquetá.

É importante ressaltar que apenas quatro pontos monitorados apresentaram bom Índice de Qualidade da Água, sendo todos locais onde ainda não houve ocupação humana significativa. O estudo confirma, portanto, a ineficiência da gestão pública no que diz respeito à coleta e ao tratamento do esgoto, mas também levanta os dados necessários para que sejam pensadas e efetivadas ações públicas para resolver os problemas.



Fotos da 1ª e da coleta mais recente, no Rio botas, na região do Subcomitê Oeste

Crédito: Centro de Biologia Experimental Oceanus



Baía de Guanabara recebe despejo irregular de esgoto e resíduos sólidos, problema que afeta a “saúde” do corpo hídrico e coloca em risco a vida dos animais que vivem em suas águas

Ações e soluções

Como o projeto avalia as condições dos corpos hídricos no que se refere à qualidade e quantidade de água, ele pode e deve ser utilizado para que a sociedade, de maneira geral, possa cobrar o poder público para a melhoria das condições atuais.

No mês de fevereiro de 2022, por exemplo, após quatro meses de monitoramento, foi identificada uma calha de drenagem com lançamento de esgoto na bacia contribuinte da Lagoa Rodrigo de Freitas, que era ligada diretamente à Favela da Rocinha. Com essa informação, a concessionária Águas do Rio interveio e conectou a calha ao sistema de tratamento de esgoto, solucionando, assim, o lançamento irregular neste ponto específico.

Além disso, o monitoramento também tem produzido uma extensa base de dados para pesquisadores, que carecem desse tipo de informação, ainda mais com tamanha área de abrangência, tempo e periodicidade. Para ampliar as formas de avaliar a qualidade ambiental dos recursos hídricos uma parceria entre o Comitê, o Inea e universidades dará origem a outros monitoramentos na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara – cinco novos projetos deverão ser iniciados nos próximos meses: Monitoramento por satélite das florações algais nocivas (FANs) na Baía de Guanabara; Monitoramento dos Contaminantes emergentes; Vírus entéricos na Água; Avaliação da carne de pescado; e Ampliação do monitoramento sistemático da Qualidade da Água.

De acordo com a Secretaria Executiva do CBH Baía de Guanabara, os dados gerados também subsidiarão o futuro enquadramento dos corpos hídricos, de modo que se possa estabelecer o nível aceitável para o uso que se pretende e quanto tempo será necessário para isso.

Os relatórios mensais (técnico, simplificado e fotográfico) estão disponíveis na página do Comitê da Baía de Guanabara, no link: <https://comitebaiadeguanabara.org.br/monitoramento-quali-quantitativo/>.

Relatórios da avaliação do IQA de todos os 93 pontos nos seis Subcomitês

Subcomitê Jacarepaguá

Estação	Corpo Hídrico	Município	IQA out/21	IQA nov/21	IQA dez/21	IQA jan/22	IQA fev/22	IQA mar/22	IQA abr/22	IQA mai/22	IQA jun/22	IQA jul/22	IQA ago/22	IQA set/22	IQA out/22	Média
J1	Rio do Sacarrão	Rio de Janeiro	76,34	60,10	66,61	90,71	64,94	62,33	62,66	75,90	-	-	-	-	-	69,95
J1a	Rio do Sacarrão	Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	66,69	79,54	56,50	88,43	67,60	71,75
J2	Rio Paineiras	Rio de Janeiro	60,49	31,67	71,17	55,33	62,08	50,19	64,15	65,86	59,14	72,24	60,26	62,27	61,25	59,70
J3	Rio Vargem Grande	Rio de Janeiro	52,49	51,28	47,29	49,33	50,11	46,36	43,06	45,98	55,97	53,48	49,91	48,26	77,59	51,62
J4	Canal de Sernambetiba	Rio de Janeiro	49,76	26,92	41,03	48,97	31,62	35,58	39,02	44,95	43,12	50,63	35,41	41,86	46,18	41,16
J5	Canal do Portelo	Rio de Janeiro	41,55	39,55	44,59	47,08	42,21	35,84	39,85	43,56	40,06	50,20	60,54	44,33	55,72	45,01
J6	Canal de Sernambetiba	Rio de Janeiro	56,45	25,67	37,27	51,20	47,15	42,42	30,54	43,08	41,01	46,79	49,37	50,59	49,31	43,91
J7	Canal das Taxas	Rio de Janeiro	31,69	18,52	19,32	25,73	19,72	26,05	29,24	32,94	19,24	24,05	28,48	26,95	32,10	25,69
J8	Lagoinha	Rio de Janeiro	39,25	40,50	31,52	37,05	32,20	31,05	32,71	32,72	25,24	25,94	32,31	30,73	39,49	33,13
J9	Canal das Taxas	Rio de Janeiro	25,24	15,60	25,68	32,75	22,01	20,72	23,50	29,36	29,65	24,76	27,62	32,78	26,02	25,82
J10	Rio do Engenho Novo	Rio de Janeiro	29,90	31,33	32,95	47,81	33,79	40,42	36,07	47,45	34,01	41,25	37,79	43,16	37,61	37,96
J11	Rio do Anil	Rio de Janeiro	27,72	35,68	16,66	26,07	20,91	24,05	25,21	31,87	20,27	23,67	28,00	35,89	32,93	26,84
J12	Rio Tijuca	Rio de Janeiro	55,70	58,15	52,02	60,52	51,73	53,74	33,56	62,24	70,01	61,61	61,15	75,79	75,60	59,37

Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas

Estação	Corpo Hídrico	Município	IQA out/21	IQA nov/21	IQA dez/21	IQA jan/22	IQA fev/22	IQA mar/22	IQA abr/22	IQA mai/22	IQA jun/22	IQA jul/22	IQA ago/22	IQA set/22	IQA out/22	Média
R1	Rio Rainha	Rio de Janeiro	61,56	55,67	72,64	82,10	90,79	74,56	65,93	79,22	65,52	57,06	75,70	79,54	77,98	72,17
R2	Rio Rainha	Rio de Janeiro	61,78	53,20	62,69	65,39	70,50	68,81	49,69	68,41	54,80	53,23	72,05	71,83	66,44	62,99
R3	Calha de Drenagem da Rocinha	Rio de Janeiro	19,90	15,41	12,59	10,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,70
R3a	Rio Rainha	Rio de Janeiro	-	-	-	-	43,26	64,33	63,20	61,28	57,09	47,00	67,84	71,04	56,86	59,10
R4	Rio Rainha	Rio de Janeiro	63,93	64,94	79,33	63,06	69,13	62,24	54,42	63,08	52,61	58,32	71,98	67,74	69,97	64,67
R5	Rio Rainha	Rio de Janeiro	44,60	47,32	59,50	63,34	56,14	48,53	50,31	57,35	50,09	47,78	63,16	43,77	58,56	53,11
R6	Rio Rainha	Rio de Janeiro	43,79	49,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46,61
R6a	Rio Rainha	Rio de Janeiro	-	-	41,71	41,58	36,22	47,49	53,63	46,24	43,44	42,19	38,61	38,21	46,85	43,29
R7	Rio Rainha	Rio de Janeiro	44,39	51,35	52,95	49,39	55,12	50,19	37,54	49,97	49,49	49,67	51,97	54,78	67,85	51,13
R8	Rio Rainha	Rio de Janeiro	42,22	52,27	63,23	40,24	41,03	55,53	38,72	43,62	52,11	52,78	67,75	53,67	54,50	50,59
R9	Rio Rainha	Rio de Janeiro	45,00	51,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48,40
R9a	Rio Rainha	Rio de Janeiro	-	-	48,15	48,37	48,30	54,91	49,39	43,84	38,55	40,51	37,04	39,16	55,16	45,76
R10	Rio Rainha	Rio de Janeiro	47,90	51,90	53,33	53,08	45,63	49,25	48,77	58,47	47,70	46,49	52,66	54,88	60,63	51,59
R11	Rio Rainha	Rio de Janeiro	38,86	48,31	50,87	49,51	42,84	46,58	39,10	48,14	31,30	40,51	48,48	44,43	57,04	45,07
R12	Rio Rainha	Rio de Janeiro	43,45	39,55	52,66	35,06	31,59	41,90	34,33	32,82	27,29	33,68	38,61	36,04	31,40	36,80
R13	Rio Rainha	Rio de Janeiro	49,08	36,54	42,68	49,43	35,91	50,17	41,34	41,19	43,72	48,96	38,39	40,36	47,06	43,45

■ Excelente
 ■ Boa
 ■ Média
 ■ Ruim
 ■ Muito Ruim

Subcomitê Lagoas Itaipu e Piratininga

Estação	Corpo Hídrico	Município	IQA out/21	IQA nov/21	IQA dez/21	IQA jan/22	IQA fev/22	IQA mar/22	IQA abr/22	IQA mai/22	IQA jun/22	IQA jul/22	IQA ago/22	IQA set/22	IQA out/22	Média
C1	Lagoa de Itaipu	Niterói	42,76	54,92	43,03	48,52	48,07	60,42	39,27	53,10	56,10	56,74	53,31	64,42	59,16	52,29
C2	Lagoa de Itaipu	Niterói	47,01	42,79	42,58	51,63	58,71	58,74	39,77	65,70	58,76	53,34	52,76	63,70	50,26	52,75
C3	Lagoa de Itaipu	Niterói	52,82	55,37	47,55	51,81	54,83	57,54	42,56	52,00	51,90	49,61	53,89	63,45	53,87	52,86
C4	Lagoa de Itaipu	Niterói	47,07	34,00	42,88	53,49	44,59	51,48	52,68	45,62	50,89	59,57	52,39	57,40	58,37	50,03
C5	Lagoa de Itaipu	Niterói	42,38	40,78	45,98	51,72	47,52	54,85	36,45	49,54	49,70	44,55	51,71	47,30	38,66	46,24
C6	Canal do Camboatá	Niterói	49,14	21,83	28,80	42,94	34,60	50,61	39,63	33,79	40,87	33,44	36,96	47,32	32,70	37,90
C7	Lagoa de Piratininga	Niterói	40,08	32,89	42,45	50,66	49,26	51,03	61,24	52,98	38,68	41,09	30,35	38,92	41,22	43,91
C8	Lagoa de Piratininga	Niterói	51,03	57,50	43,25	49,24	60,89	52,98	58,65	50,59	39,41	42,37	42,96	45,10	41,87	48,91
C9	Lagoa de Piratininga	Niterói	48,11	39,97	42,73	46,03	54,16	45,52	49,27	47,45	41,92	40,54	34,29	47,01	38,19	44,24
C10	Lagoa de Piratininga	Niterói	70,78	70,46	39,64	60,79	57,23	54,27	55,78	60,00	48,59	55,15	45,85	54,03	57,59	56,17
C11	Lagoa de Piratininga	Niterói	45,45	57,49	42,30	64,51	44,51	53,78	45,39	55,24	41,66	44,44	50,38	54,07	53,64	50,22
C12	Lagoa de Piratininga	Niterói	48,52	70,50	52,68	62,75	61,56	59,78	61,88	58,61	51,18	61,39	55,83	55,77	60,35	58,52

Subcomitê Leste

Estação	Corpo Hídrico	Município	IQA out/21	IQA nov/21	IQA dez/21	IQA jan/22	IQA fev/22	IQA mar/22	IQA abr/22	IQA mai/22	IQA jun/22	IQA jul/22	IQA ago/22	IQA set/22	IQA out/22	Média
L1	Rio Macacu	Cachoeiras de Macacu	75,3	74,65	80,75	61,46	77,26	71,98	72,14	69,76	72,09	75,05	67,82	71,53	84,41	73,40
L2	Rio Macacu	Cachoeiras de Macacu	56,49	70,75	57,59	66,75	69,81	64,34	61,73	62,23	58,64	70,78	53,48	71,05	69,39	64,08
L3	Rio Macacu	Cachoeiras de Macacu	46,93	58,3	46,52	51,96	54,53	55,32	52,75	54,16	65,30	62,46	51,21	70,54	62,95	56,38
L4	Rio Macacu	Cachoeiras de Macacu	46,1	56,77	45,20	47,69	56,56	64,29	55,93	45,96	74,30	75,84	52,76	66,65	67,30	58,10
L5	Rio Macacu	Cachoeiras de Macacu	42,54	40,6	44,33	49,10	54,09	51,37	49,30	53,43	56,19	59,88	73,71	63,34	60,75	53,74
L6	Rio Cassiano	Cachoeiras de Macacu	45,16	41,21	31,38	45,60	55,20	53,11	48,59	38,40	56,49	58,09	58,18	54,32	56,98	49,44
L7	Rio Cassiano	Cachoeiras de Macacu	56,9	47,23	28,36	46,59	62,53	60,21	59,34	58,32	63,59	58,29	55,42	45,97	60,16	54,07
L8	Papucainha	Cachoeiras de Macacu	49,76	32,84	31,15	39,93	48,35	43,25	47,37	43,60	48,97	41,34	44,02	41,76	51,26	43,35
L9	Rio Rabelo	Cachoeiras de Macacu	63,55	48,23	69,78	64,57	65,33	57,69	59,35	72,35	51,03	78,49	61,19	74,16	69,74	64,27
L10	Rio Rabelo	Cachoeiras de Macacu	63,41	49,98	50,27	68,04	59,75	54,79	61,54	64,75	65,39	81,01	52,13	66,87	64,02	61,69
L11	Rio Rabelo	Cachoeiras de Macacu	46,92	46,27	46,99	54,71	55,62	55,00	62,96	64,64	68,34	72,01	67,62	71,42	68,37	60,07
L12	Rio Rabelo	Cachoeiras de Macacu	39,48	49,8	42,96	61,94	66,78	57,87	58,07	55,45	66,97	62,99	49,23	61,39	64,27	56,71
L13	Rio Itaperi	Cachoeiras de Macacu	60,95	49,75	79,23	69,06	68,41	73,46	61,41	71,31	52,68	76,62	64,31	75,70	78,30	67,78
L14	Rio Duas Barras	Cachoeiras de Macacu	59,19	53,14	68,17	51,00	39,10	57,55	62,74	63,43	59,31	69,78	59,04	66,90	66,83	59,71
L15	Rio Guapiaçu	Cachoeiras de Macacu	78,76	67,15	78,22	71,66	74,56	73,96	66,65	66,48	68,82	81,08	76,06	73,34	76,96	73,36
L16	Rio Guapiaçu	Cachoeiras de Macacu	61,54	68,75	81,87	61,06	64,76	73,06	62,90	73,30	59,55	73,95	70,21	76,77	73,31	69,31
L17	Rio Guapiaçu	Cachoeiras de Macacu	58,53	71,63	76,74	68,36	69,18	71,97	58,70	63,16	56,42	78,02	73,56	73,44	72,50	68,63
L18	Rio Guapiaçu	Cachoeiras de Macacu	48,62	60,75	46,66	49,42	65,16	50,07	66,24	66,91	64,10	68,47	70,76	74,08	70,98	61,71
L19	Rio Guapiaçu	Cachoeiras de Macacu	40,87	73,13	63,71	67,33	53,48	64,85	65,45	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	65,29
L20	Rio Guapiaçu	Cachoeiras de Macacu	47,72	57,45	58,55	61,26	51,96	64,63	58,81	60,71	65,24	72,33	75,20	69,78	68,59	62,48
L21	Afluente do Rio Caceribu	Itaboraí	49,88	50,64	33,59	39,46	59,06	60,90	54,88	33,45	46,59	68,60	71,74	64,99	67,50	53,94
L22	Afluente do Rio Caceribu	Itaboraí	28,44	40,16	38,96	37,96	41,69	36,14	43,64	34,75	42,17	37,26	36,72	44,24	42,80	38,84
L23	Afluente do Rio Caceribu	Itaboraí	40,56	50,62	44,67	38,19	42,04	57,43	49,82	40,85	53,56	64,35	45,70	59,95	54,71	49,42

Excelente Boa Média Ruim Muito Ruim

Subcomitê Maricá-Guarapina

Estação	Corpo Hídrico	Município	IQA out/21	IQA nov/21	IQA dez/21	IQA jan/22	IQA fev/22	IQA mar/22	IQA abr/22	IQA mai/22	IQA jun/22	IQA jul/22	IQA ago/22	IQA set/22	IQA out/22	Média
M1	Rio Padeco	Maricá	59,14	76,92	56,90	47,21	73,96	49,29	51,00	74,27	61,59	62,30	41,69	61,52	70,21	60,46
M2	Rio Caranguejo	Maricá	56,87	75,54	49,27	49,06	46,71	53,76	44,74	74,20	54,21	73,02	65,23	52,90	56,63	57,86
M3	Rio Doce	Maricá	63,62	60,53	46,05	39,48	50,41	59,64	58,28	67,17	57,09	56,26	62,00	63,85	52,20	56,66
M4	Rio Ubatiba	Maricá	66,01	63,86	58,07	46,59	65,95	53,20	37,83	70,30	58,29	64,50	71,28	65,26	68,55	60,74
M5	Rio Ubatiba	Maricá	56,60	40,83	45,13	31,29	39,58	38,90	40,10	49,82	53,94	50,03	45,10	51,29	48,25	45,45
M6	Rio Ubatiba	Maricá	58,39	42,84	43,53	31,12	27,98	19,85	23,79	44,92	29,50	35,79	30,81	40,08	26,29	34,99
M7	Lagoa de Maricá	Maricá	70,04	67,51	68,54	51,40	70,20	62,28	67,77	69,34	68,72	65,77	67,08	72,23	66,12	66,69
M8	Canal de São Bento	Maricá	56,52	43,78	36,87	33,30	38,95	62,82	40,94	42,16	27,70	41,77	45,71	52,65	36,57	43,06
M9	Rio Vigário	Maricá	23,56	34,37	34,62	35,26	24,04	17,18	31,55	26,63	28,68	30,89	28,52	22,44	35,68	28,72
M10	Rio Vigário	Maricá	39,23	31,59	34,06	37,60	33,52	24,00	30,95	32,94	41,29	34,20	35,28	37,27	32,27	34,17

Subcomitê Oeste

Estação	Corpo Hídrico	Município	IQA out/21	IQA nov/21	IQA dez/21	IQA jan/22	IQA fev/22	IQA mar/22	IQA abr/22	IQA mai/22	IQA jun/22	IQA jul/22	IQA ago/22	IQA set/22	IQA out/22	Média
O1	Rio Saracuruna	Duque de Caxias	43,89	35,37	42,02	45,71	48,07	50,00	53,44	-	52,61	57,49	66,61	64,57	65,48	52,10
O1a	Rio Saracuruna	Duque de Caxias	-	-	-	-	-	-	-	54,93	-	-	-	-	-	54,93
O2	Rio Saracuruna	Duque de Caxias	35,4	17,76	43,97	42,42	39,91	55,29	28,98	44,34	40,96	49,29	48,63	40,89	60,42	42,17
O3	Rio Saracuruna	Duque de Caxias	43,59	18,1	29,40	42,54	41,27	39,55	39,63	42,73	51,27	54,92	46,93	43,71	50,18	41,83
O4	Rio Sapucaia	Duque de Caxias	39,82	38,98	41,65	51,89	53,11	48,51	61,73	61,76	50,78	52,53	59,25	62,93	64,92	52,91
O5	Rio Sapucaia	Duque de Caxias	41,51	22,49	38,24	43,37	50,09	46,70	36,59	40,48	42,29	36,80	41,57	43,31	63,57	42,08
O6	Rio Sapucaia	Duque de Caxias	41,23	21,21	52,35	45,72	46,42	42,65	45,62	54,66	48,77	52,31	58,52	53,32	58,10	47,76
O7	Rio Tinguá	Nova Iguaçu	52,27	33,75	44,60	50,44	59,51	49,94	65,05	51,73	52,28	52,20	50,91	56,94	58,13	52,14
O8	Rio Tinguá	Limite Nova Iguaçu e Duque de Caxias	49,81	22,2	42,26	44,75	47,46	41,78	53,37	50,50	67,34	40,85	72,21	65,21	58,02	50,44
O9	Rio Iguaçu	Nova Iguaçu	53,67	26,32	40,18	43,48	52,17	50,32	54,40	55,50	50,60	52,57	65,04	45,93	56,62	49,75
O10	Rio Iguaçu	Nova Iguaçu	40,06	18	37,21	41,42	40,88	40,17	56,03	36,32	32,79	41,15	46,79	36,38	39,75	39,00
O11	Rio Iguaçu	Nova Iguaçu	28,44	25,68	37,20	36,73	37,23	23,17	35,24	35,77	44,97	30,13	31,47	24,01	46,78	33,60
O12	Rio Botas	Nova Iguaçu	22,07	20,86	26,07	23,34	34,22	23,66	27,57	28,57	24,53	23,78	28,35	23,38	21,87	25,25
O13	Rio Botas	Belford Roxo	22,41	21,7	35,12	28,36	32,20	22,82	24,42	25,77	24,88	26,26	30,84	22,45	21,44	26,05
O14	Rio Iguaçu	Duque de Caxias	32,59	17,19	38,34	33,49	34,16	24,57	40,73	30,61	29,52	26,60	38,80	30,78	29,87	31,33
O15	Rio Sarapuí	Rio de Janeiro	27,32	23,5	27,37	26,26	24,01	31,12	26,00	25,38	30,88	26,16	35,59	29,59	31,33	28,04
O16	Rio Sarapuí	Limite Nilópolis e Rio de Janeiro	31,57	26,3	21,00	17,55	21,10	21,45	24,85	26,71	35,32	24,87	29,59	27,79	25,68	25,68
O17	Rio Sarapuí	Limite Mesquita e Nilópolis	29,91	19,1	33,81	26,47	22,94	22,32	25,30	29,99	28,06	26,99	33,93	23,00	24,71	26,66
O18	Rio Acari	Rio de Janeiro	25,11	25,78	26,88	21,77	25,49	19,11	15,89	21,43	27,17	30,80	30,23	25,20	26,06	24,69
O19	Rio Acari	Rio de Janeiro	33,31	27,1	33,41	24,96	21,94	28,99	26,25	29,91	29,36	24,32	24,84	21,78	22,02	26,78
O20	Rio Acari	Rio de Janeiro	22,77	17,07	31,24	30,45	23,25	29,67	28,30	26,98	37,11	21,15	37,70	26,16	27,04	27,61
O21	Rio Acari	Rio de Janeiro	21,5	18,25	32,45	29,08	28,34	31,17	26,10	32,77	30,46	21,97	28,43	26,39	26,49	27,18
O22	Rio Carioca	Rio de Janeiro	37,58	35,26	40,46	41,87	36,65	43,03	47,44	44,04	40,64	41,61	37,72	41,63	51,47	41,49
O23	Rio Carioca	Rio de Janeiro	19,48	22,5	26,22	35,20	25,32	27,08	28,08	24,63	43,68	-	-	-	-	28,02
O23a	Rio Carioca	Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60,54	57,41	65,62	75,77	64,84

■ Excelente
 ■ Boa
 ■ Média
 ■ Ruim
 ■ Muito Ruim

ECOSSISTEMA DA BAÍA DEPENDE DE NOSSAS ÁGUAS

COM INVESTIMENTOS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS QUE CHEGAM AO TERRITÓRIO DA BACIA É POSSÍVEL REVERTER QUADRO DE DEGRADAÇÃO E RECUPERAR ESPÉCIES AMEAÇADAS

O crescimento desordenado das cidades e a falta de investimentos em melhorias nos sistemas de coleta e tratamento de efluentes estão entre os principais entraves à recuperação ambiental da bacia. Como a qualidade das águas que chegam à Baía de Guanabara influencia diretamente todo o ecossistema, é preciso priorizar iniciativas que resultem no incremento da disponibilidade e melhoria dos recursos hídricos para recuperar espécies ameaçadas e conter a destruição ambiental.



Antônio Marcos

Tartaruga na Enseada de Botafogo

“Na Baía de Guanabara, a pressão sofrida pela vida silvestre está diretamente relacionada à degradação. E isso não se resume ao território, mas se estende ao entorno, ou seja, à bacia de drenagem como um todo. Só alcançaremos resultados relevantes se criarmos ações de forma ampla e integrada, entendendo como o dia a dia da baía afeta as espécies e envolvendo nas discussões as pessoas que dependem diretamente desse ecossistema, como é o caso dos pescadores”, explica o coordenador do Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Alexandre Azevedo.

Segundo Alexandre, há uma série de invertebrados marinhos e peixes que merecem atenção e precisam ser foco de ações imediatas. “O boto-cinza é uma es-

pécie da Baía de Guanabara que sofre muito com a poluição e a população desses mamíferos marinhos vem diminuindo constantemente. É também o caso das tartarugas-verde, de raias e aves migratórias, que estão sob risco de extinção, caso não haja mudanças significativas na qualidade das águas”, alerta o especialista.

Mesmo frente aos inúmeros desafios ambientais, Alexandre reforça que há motivos para ter esperança. “A Baía de Guanabara faz parte de um ecossistema muito importante, onde ainda existe muita vida. A natureza é resiliente e, se começarmos a repensar estratégias e priorizar ações de preservação do território, essas espécies da fauna e flora vão se recuperar”, defende.

A TERRITORIALIDADE E O DIAGNÓSTICO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA V

ESTUDOS REALIZADOS NOS 6 SUBCOMITÊS TRAÇAM PANORAMA DA SITUAÇÃO HÍDRICA E TERRITORIAL DO CBH BAÍA DE GUANABARA

O CBH Baía de Guanabara elaborou, em 2022, Relatórios de Territorialidade Hídrica dos Subcomitês Jacarepaguá, Leste, Lagoa Rodrigo de Freitas, Maricá-Guarapina e Oeste, além do Diagnóstico de Monitoramento do sistema lagunar do Subcomitê Lagoas de Itaipu e Piratininga (Clip). Esses levantamentos são de suma importância porque, para qualificar a gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica V do Rio de Janeiro, é fundamental conhecer o território e a realidade hídrica de cada sub-região. A construção dos documentos contou com a participação dos membros do Comitê e da Equipe de Especialistas em Recursos Hídricos da AGEVAP, alocados no Escritório de Projetos do CBH Baía de Guanabara.

Os relatórios correspondem a seis produtos, que abrangem todos os Subcomitês do CBH Baía de Guanabara, e são divididos por temas, de acordo com os macroprogramas definidos para o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) vigente. Os estudos que compõem os relatórios foram estruturados a partir de reuniões iniciais com a Diretoria do CBH e encontros semanais com a equipe AGEVAP e sua secretaria executiva, além da obtenção de dados secundários por meio do con-

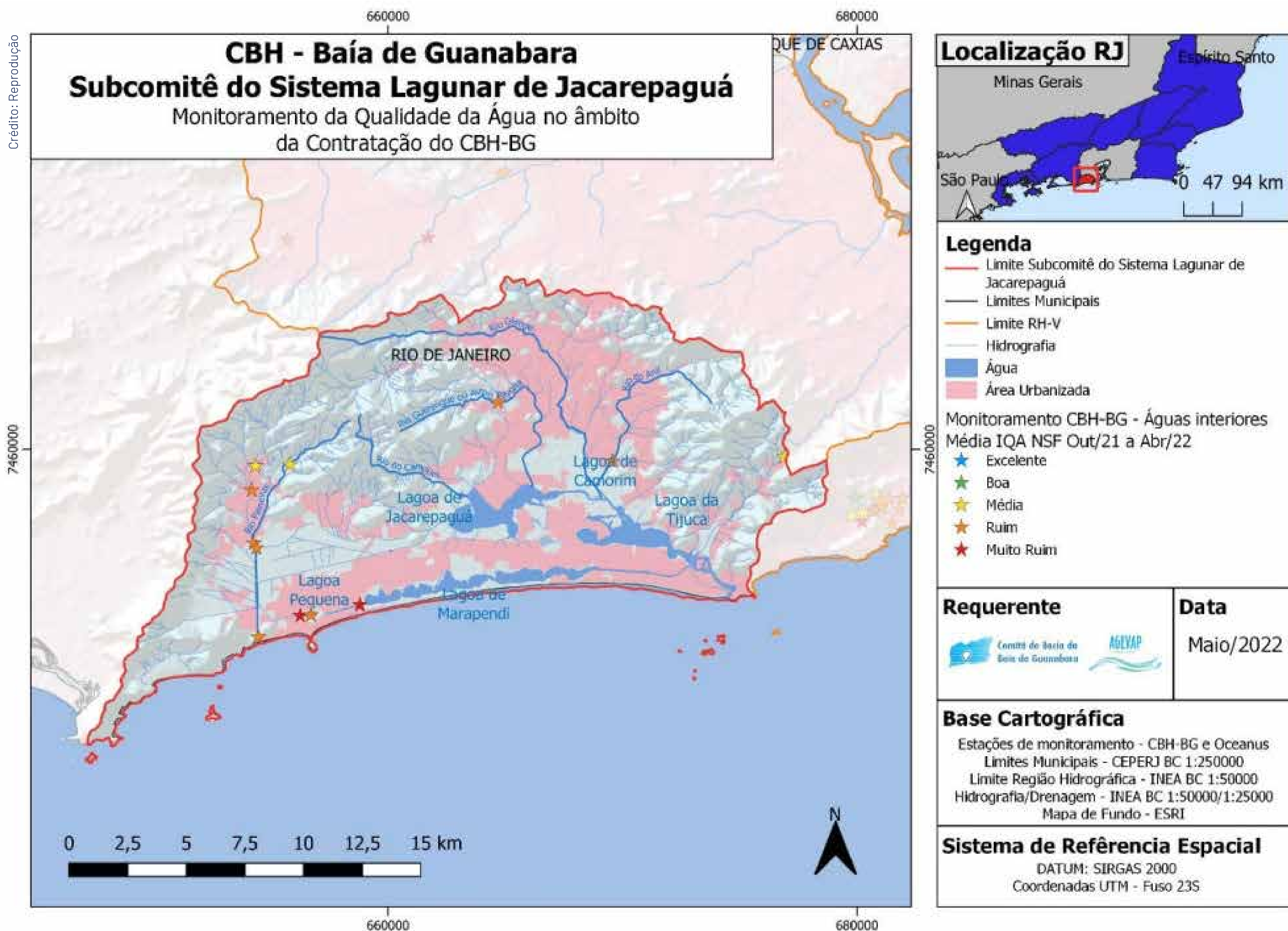
tato com instituições e órgãos públicos e de pesquisa bibliográfica e revisão de literatura.

Os Relatórios de Territorialidade Hídrica dos Subcomitês têm como objetivo sistematizar e representar todos os territórios da Região Hidrográfica V (RH-V), de forma didática e aprofundada, promovendo o conhecimento sobre a região para toda a população nela inserida. Eles servirão como uma ferramenta de ensino, de planejamento e auxílio na tomada de decisões que envolvem a gestão de recursos hídricos da RH-V, tanto para o poder público quanto para o CBH Baía de Guanabara e seus Subcomitês.

Esses estudos ajudarão a resolver uma série de problemas ambientais e deficiências em cada um dos seis subcomitês do Comitê da Baía de Guanabara.

Região do Subcomitê Jacarepaguá tem águas em condições críticas

O Subcomitê Jacarepaguá abrange as regiões da Barra da Tijuca, Cidade de Deus e Jacarepaguá, totalizando uma área de quase 300 km². O acelerado processo de ocupação urbana do Sistema Lagunar de Jacarepa-



Mapa com pontos de monitoramento de qualidade e quantidade da água no Subcomitê Jacarepaguá

guá, acentuado pela especulação imobiliária voltada para as altas classes de renda, provocou tanto o surgimento de aterros indiscriminados como a ocupação regular e irregular das margens de rios e lagoas.

Acesse o Relatório de Territorialidade do Subcomitê Jacarepaguá

A região do Subcomitê Jacarepaguá, incluindo as lagoas do sistema lagunar de Jacarepaguá, apre-

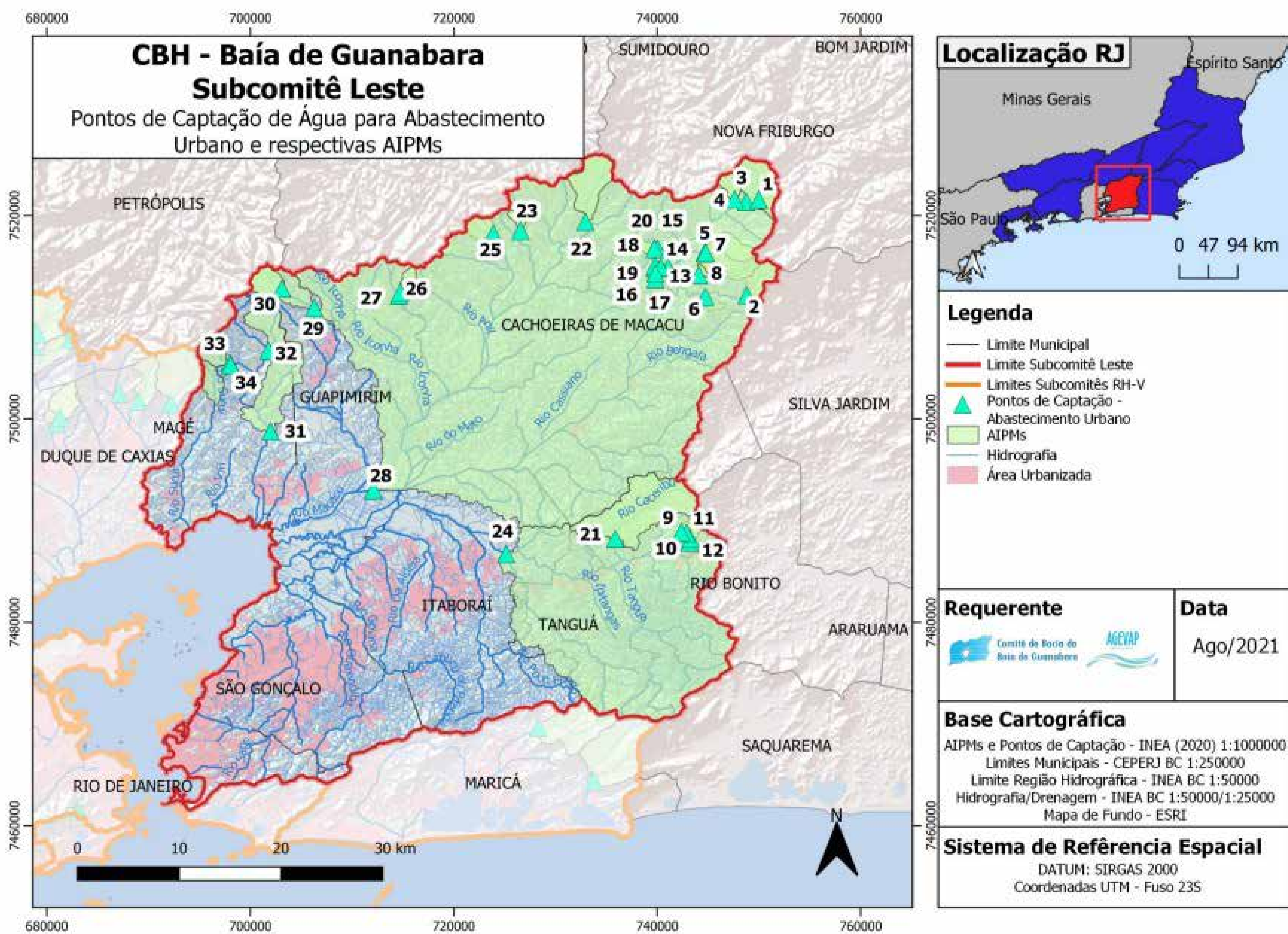
sentam condições críticas em todas as estações monitoradas, como consequência da péssima qualidade da água dos rios contribuintes (Rio Grande, Guerengê, Arroio Pavuna, Pavuninha, Rio do Anil, Rio das Pedras, Canal do Cortado e Canal do Portelo). O subcomitê arrecada R\$ 221.944,83, valor que representa 2,15% de todo o montante amealhado pelo CBH Baía de Guanabara. A região se apresentou como a segunda mais crítica (em relação à RH-V) no que diz respeito à disponibilidade de água, atingindo o percentual de 125% no índice Water Exploitation Index (WEI).

Subcomitê Leste tem programas para combater perdas de água

O Relatório do Subcomitê Leste constatou que, se nada fosse feito até 2020, o sistema Imunana (principal sistema de abastecimento de água da região) operaria com déficit de cerca de 4.000 L/s. Assim, para ações de gestão da demanda, foi previsto um programa para combate de perdas de água, com o intuito de reduzi-las de 40%, à época, para 30%, em 2020. Além disso, outras ações estão previstas para sanar os pro-

blemas, tais como: obras estruturantes para aumento da oferta hídrica da região: uma barragem no Rio Guapiaçu e uma transferência de vazão do Rio Caceribu, na fazenda Macacu, próximo à localidade de Porto das Caixas; uma elevatória e um canal para o Imunana, transferindo inicialmente 1,6 m³/s e, após, a construção da barragem de Tanguá, 3 m³/s.

 **Acesse o Relatório de Territorialidade do Subcomitê Leste**



Pontos de captação de água para abastecimento urbano

Tabela 17 - Pontos de Captação de Abastecimento de Água e respectivas Áreas de Interesse de Proteção e Recuperação de Mananciais – AIPM no Subcomitê Leste

ID	Corpo Hídrico	Município Atendido	Tipo de Sistema	Sistema	Área (ha)	Nível
1	Rio Apolinário	C. de Macacu/Itaboraí	Integrado	Sist. Intermunicipal Cachoeiras de Macacu e Itaboraí	236,2	3
2	Captação St. Fé	C. de Macacu	Integrado	Captação Santa Fé	841,4	2
3	Rio Jacutinga	C. de Macacu/Itaboraí	Integrado	Sist. Intermunicipal Cachoeiras de Macacu e Itaboraí - UT Posto Pena	1.675,0	2
4	Córrego Grande	C. de Macacu/Itaboraí	Integrado	Sist. Intermunicipal Cachoeiras de Macacu e Itaboraí - UT Posto Pena	433,7	2
5	Rio Souza	C. de Macacu/Itaboraí	Integrado	Sist. Intermunicipal Cachoeiras de Macacu e Itaboraí	784,0	3
6	Córrego do Afonso	C. de Macacu	Isolado	Sistema Boa Vista	158,6	2
7	Rio Souza	C. de Macacu/Itaboraí	Integrado	Sist. Intermunicipal Cachoeiras de Macacu e Itaboraí	1.870,1	2
8	Cór. Piedade	C. de Macacu	Isolado	Captação Piedade	106,5	2
9	Córrego Grande	Rio Bonito	Isolado	Sistema Municipal de Rio Bonito - ETA Rio Bonito	197,9	3
10	Córrego Grande	Rio Bonito	Isolado	Sistema Municipal de Rio Bonito - ETA Rio Bonito	213,0	2
11	Córrego Pinto	Rio Bonito	Isolado	Sistema Municipal de Rio Bonito - ETA Rio Bonito	50,5	2
12	Afluente do Rio Bonito	Rio Bonito	Isolado	Sistema Municipal de Rio Bonito - ETA Rio Bonito	61,5	2
13	Córrego dos Teixeira	C. de Macacu	Isolado	Sistema Lota	13,6	2
14	Córrego sem denominação	C. de Macacu	Isolado	Captação Cirilo	19,0	2
15	Córrego da Toca	C. de Macacu	Isolado	Captação Tocas I	138,4	2
16	Córrego Sirino	C. de Macacu	Isolado	Sistema Zacarias	34,8	2
17	Córrego Acir	C. de Macacu	Isolado	Sistema Fazenda	23,5	2
18	Rio Ganguri	C. de Macacu	Isolado	Captação Bela Vista 1	8,1	3
19	Rio Ganguri	C. de Macacu	Isolado	Captação Bela Vista 2	19,3	2
20	Córrego da Toca	C. de Macacu	Isolado	Captação Tocas II	109,6	3
21	Rio Caceribu	Tanguá	Integrado	Sistema Intermunicipal Tanguá e Rio Bonito – ETA Tanguá	4.439,5	2
22	Córrego da Caixa D'água	C. de Macacu	Isolado	Captação Guapiaçu	1.681,3	2
23	Córrego da Estiva	C. de Macacu	Isolado	Captação Estreito	214,0	2
24	Rio Caceribu	Itaboraí	Isolado	Sistema Municipal de Itaboraí - Futura ETA Caceribu	37.324,2	1
25	Córrego da Ressaca	C. de Macacu	Isolado	Captação Areal	544,0	2
26	Rio Tibuna	Guapimirim	Integrado	Sistema Intermunicipal Guapimirim - Magé - UT Paraíso	290,6	2
27	Rio Paraíso	Magé	Integrado	Sistema Intermunicipal Guapimirim - Magé - UT Paraíso	3,3	2
28	Rio Macacu	São Gonçalo/ Itaboraí/ Niterói	Integrado	Sistema Intermunicipal Imunana-Laranjal	108.150,0	1
29	Rio Soberbo	Guapimirim	Isolado	Sistema Rio Soberbo	1.571,3	1
30	Rio Soberbo	Guapimirim	Isolado	Sistema Rio Soberbo	726,1	2
31	Rio Roncador	Magé	Isolado	Sistema Municipal de Magé - ETA Magé (a ser implantada)	2.619,6	1
32	Açude do Pau a Pique	Magé	Isolado	Açude do Pau a Pique	1.152,6	1
33	Rio do Pico	Magé	Isolado	Sistema Municipal de Magé - UT Santo Aleixo	640,6	1
34	Riacho da Lagoinha	Magé	Isolado	Sistema Municipal de Magé - UT Santo Aleixo	138,1	1

Fonte: INEA, 2020.

Pontos de Captação de Abastecimento de Água e respectivas Áreas de Interesse de Proteção e Recuperação de Mananciais – AIPM

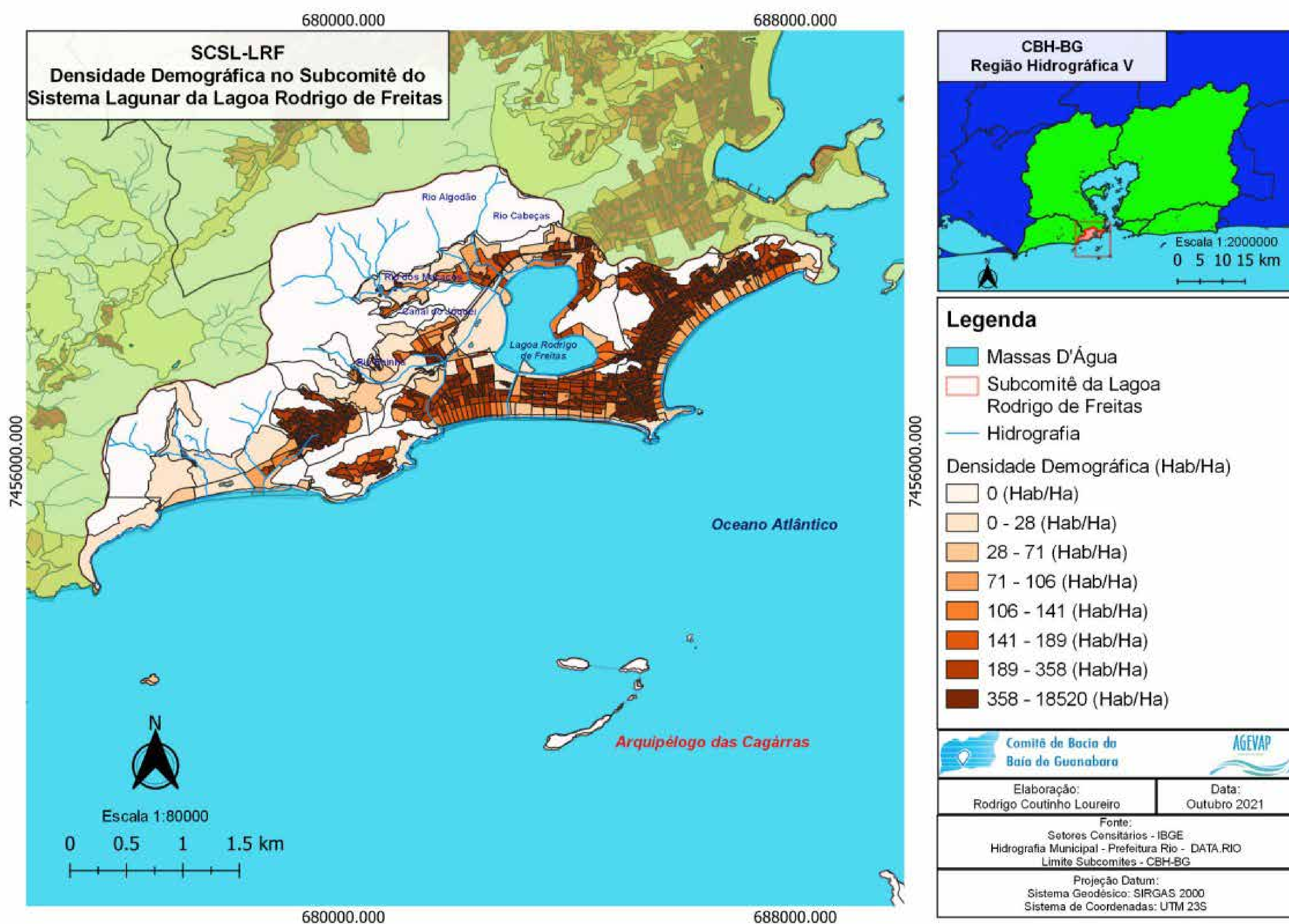
Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas tem ações para melhorar a qualidade das águas da lagoa

A região de abrangência do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas compreende a sub-bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas, a sub-bacia de São Conrado, a microbacia de Copacabana e a microbacia do Vidigal. O relatório constatou que as estações de monitoramento na bacia contribuinte à Lagoa Rodrigo de Freitas, que são seus afluentes (Rio Cabeça, Rio Macaco e Rio Rainha), mostraram concentrações elevadas dos maiores vio-

ladores de classes na RH-V. Os problemas sanitários enfrentados pela gestão das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas persistem em ser fontes de desequilíbrio ambiental no ecossistema.

Acesse o Relatório de Territorialidade do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas

Além da redução do aporte de esgoto pelas intervenções preventivas e corretivas na infraestrutura do sistema de esgotamento sanitário, o aumento da ci-



Pontos de captação de água para abastecimento urbano

clagem oceânica pela entrada das águas marinhas é um fator importante a ser considerado para a solução dos problemas ambientais da Bacia de Drenagem da Lagoa Rodrigo de Freitas. Por meio do relatório, concluiu-se que a intensa ocupação urbana da bacia hidrográfica, associada ao descumprimento das normas de urbanismo e saneamento ambiental, são agentes causadores de impacto negativo à qualidade das águas da lagoa e outros rios da região.

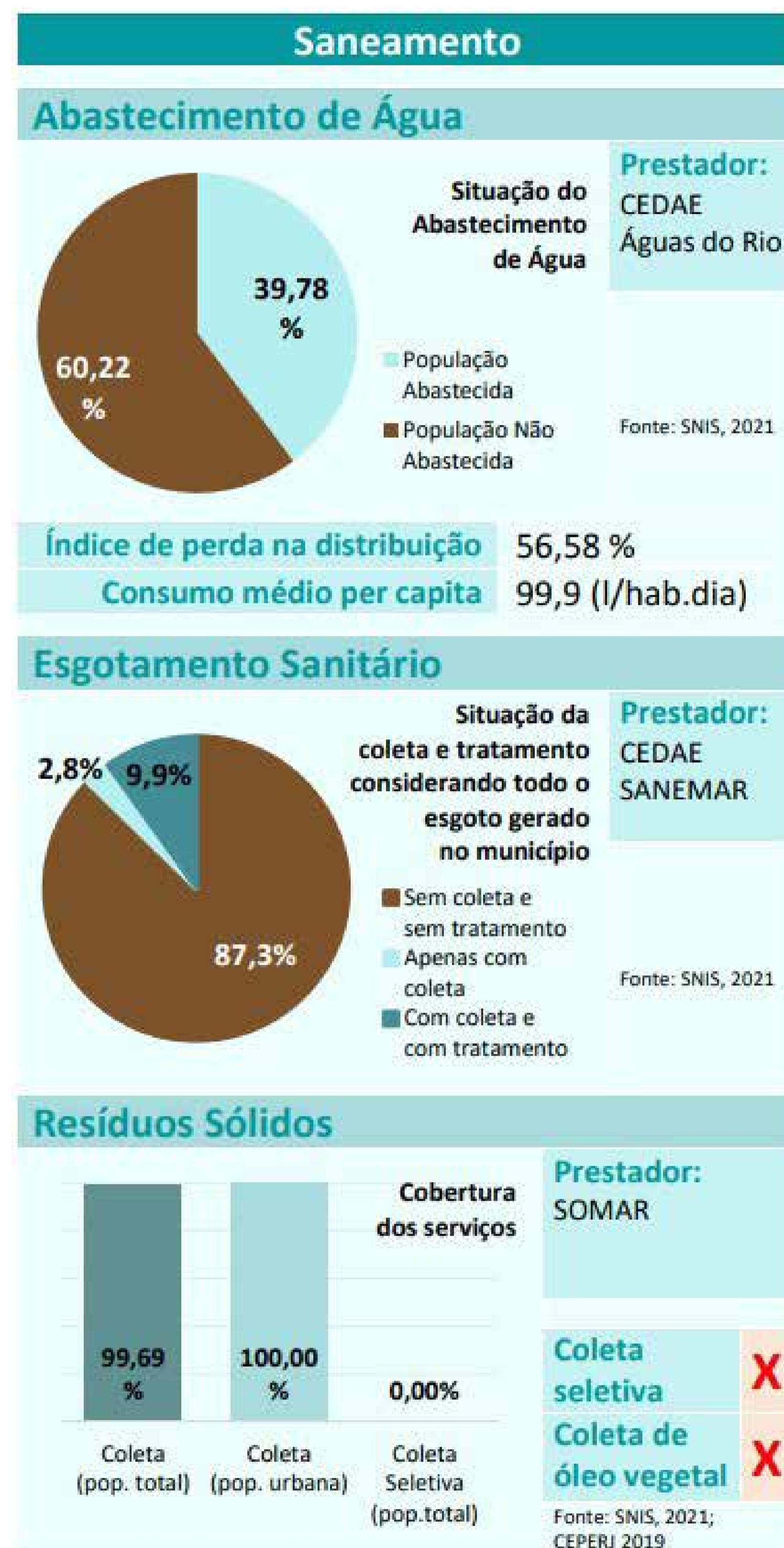
Subcomitê Maricá-Guarapina busca soluções para melhorar o acesso da população ao tratamento de esgoto e a água de qualidade

O relatório do Subcomitê Maricá-Guarapina, que abrange a bacia do Rio Vigário, a do Rio Ubatiba e a do Rio Caranguejo, constatou que 99,6% da população de Maricá está incluída no território do Subcomitê. A maior parte dela (87,3%) não possui acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, o que torna o município o pior da RH-V em índice de esgotamento sanitário.

Acesse o Relatório de Territorialidade do Subcomitê Maricá-Guarapina

Maricá possui dois principais passivos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos e que devem passar por processos de remediação: os lixões desativados do Caxito, que deixou de operar em 1997, e de Itapeba, desativado em 2013. Mesmo que estejam desativados, esses lixões podem ainda contribuir para a piora na qualidade dos recursos hídricos, mas não há monitoramento que permita evidenciar e acompanhar a situação.

O deficitário abastecimento de água faz com que as pessoas busquem alternativas em poços em seus terrenos, muitas vezes sem o controle necessário. E é importante ressaltar que, como o esgotamento sanitário é ainda mais precário e há possibilidade de contaminação de solo e lençol freático, a água consumida pelos moradores é de qualidade questionável.



Informações sobre saneamento, esgotamento sanitário e resíduos sólidos na região do Subcomitê Maricá-Guarapina, segundo dados SNIS 2021 e Ceperj 2019

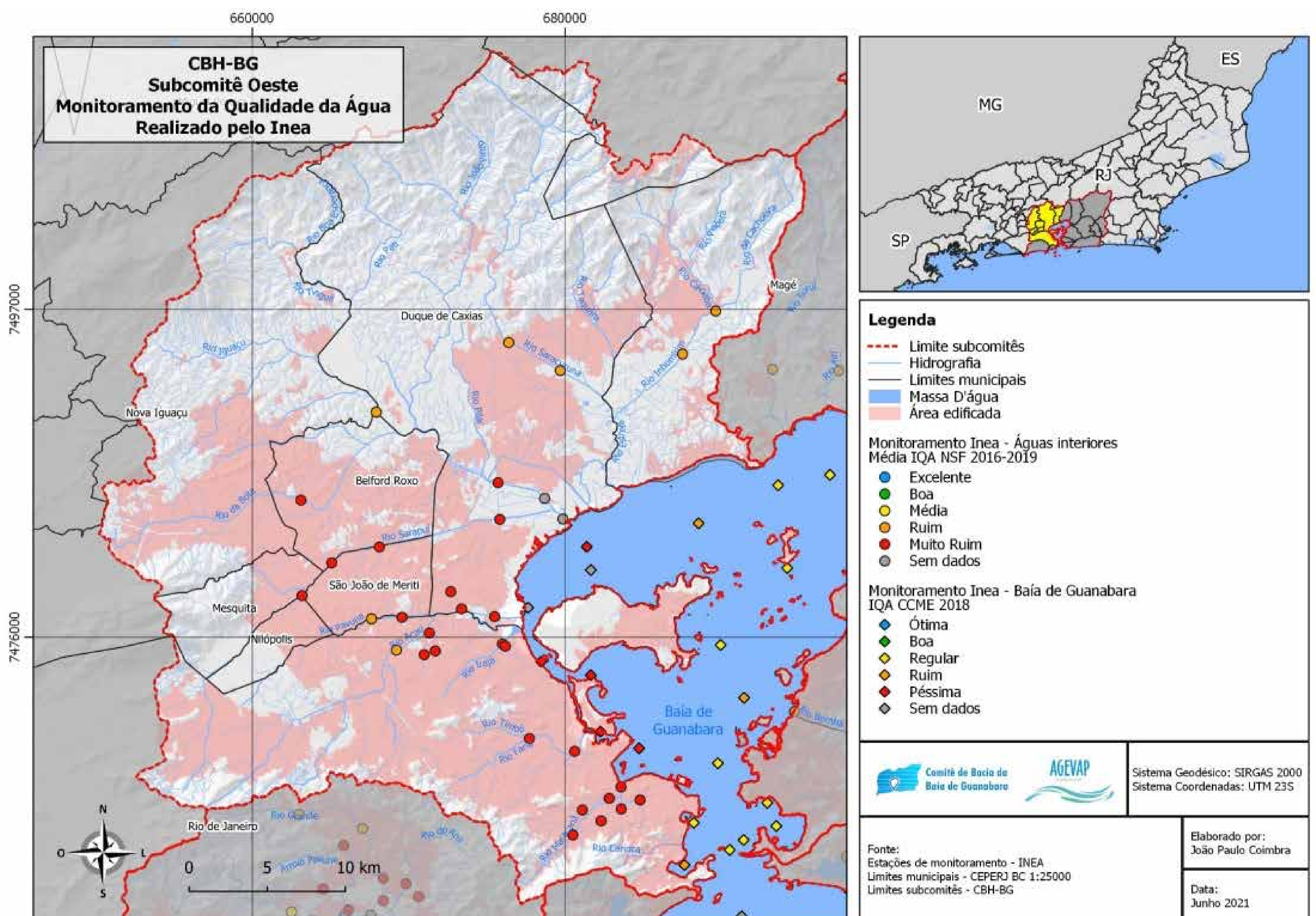
Subcomitê Oeste monitora as águas da RH-V por meio de uma instituição especializada

O território do Subcomitê Oeste é o que abriga a maior complexidade socioeconômica da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, além de ser o mais populoso. Integralmente, fazem parte da área do Subcomitê os municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti e Nilópolis e, parcialmente, Petrópolis, Nova Iguaçu, Magé e Rio de Janeiro.

De acordo com o relatório, a atividade industrial é uma das maiores demandantes de água na região de abrangência do Subcomitê Oeste, onde se observam muitos pontos cadastrados e também um grande volume anual captado.

Acesse o Relatório de Territorialidade do Subcomitê Oeste

Dos pontos que geram receita e que se encontram dentro do território de atuação do Subcomitê Oeste,



Crédito: Reprodução

Resultados do monitoramento da qualidade da água, feito pelo Inea, na região do Subcomitê Oeste

Júnior Alves



Região da ETE Alegria

que totalizam 259, resultou uma arrecadação de R\$ 1.508.561,95, de acordo com informações repassadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) – ano base 2019, até setembro. Esse valor representa 18,82% do total arrecadado pelo CBH Baía de Guanabara em toda a extensão da Região Hidrográfica V, que somou no ano de 2019 aproximadamente R\$ 8 milhões. O monitoramento das águas dos rios feito pelo Inea no período entre 2016 e 2019 aponta que a maior parte dos resultados revela rios em condições precárias de qualidade ambiental.

Apesar de existirem 81 pontos de captação de água para abastecimento urbano no território da RH-V, deve-se destacar que uma das características marcantes dessa região é a carência de disponibilidade hídrica e, por consequência, os municípios da porção oeste da RH-V, incluindo a capital Rio de Janeiro, dependem fortemente de mananciais localizados fora dos limites da região hidrográfica. Percebendo a importância de complementar a rede de monitoramento das águas

interiores do órgão ambiental estadual e dos órgãos gestores municipais, o CBH Baía de Guanabara deliberou a contratação de uma instituição especializada para o Monitoramento Quali-Quantitativo das águas da RH-V que, até o fechamento desta edição, já havia produzido 13 relatórios mensais.

Estudos baseiam diagnóstico de corpos hídricos do Sistema Lagunar de Itaipu-Piratininga

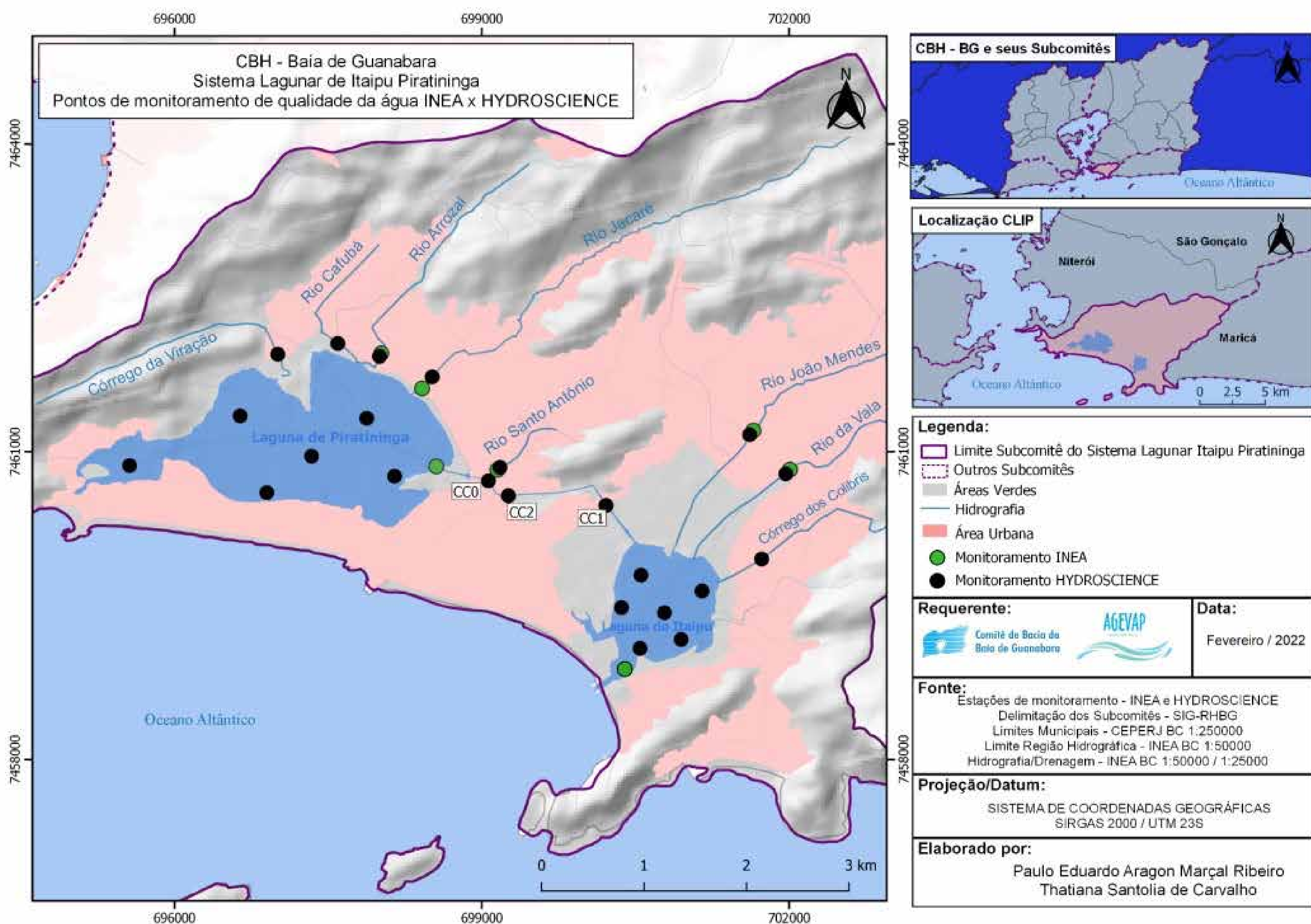
O Diagnóstico de Monitoramento do Sistema Lagunar de Itaipu-Piratininga, que compreende o território do Subcomitê Lagoas de Itaipu e Piratininga (Clip), divulgado em agosto de 2022, foi realizado com base em estudos que apontam que há indícios de lançamento de matéria orgânica nos seus rios contribuintes (Jacaré, Santo Antônio, Arrozal, João Mendes, Colibris e da Vala). Todos apresentam classificação ruim, de acordo com análises feitas pelo Inea.

Um desses estudos é o Monitoramento Quali-Quantitativo na RH-V, realizado pela empresa “Oceanus – Centro de Biologia Experimental”, através de um contrato do CBH Baía de Guanabara, por meio da sua secretaria executiva, no segundo semestre de 2021. Esse monitoramento é feito mensalmente até 2024, com 30 campanhas mensais ao todo.

O outro monitoramento, realizado entre 2018 e 2019 pela empresa Hydrosience, reuniu dados que contribuem para análise do estado ambiental do sistema lagunar. O

resultado dessas campanhas independentes indica que, apesar da principal fonte de contaminação do sistema lagunar ser o despejo irregular de esgoto sanitário, o ecossistema também apresenta concentrações acima do permitido pela legislação em alguns pontos que concentram sedimentos de fungos e plantas aquáticas.

Acesse o Diagnóstico de Monitoramento do Subcomitê Lagoas de Itaipu e Piratininga (Clip)



Pontos de monitoramento da qualidade da água Hidrosience x Inea na região do Subcomitê Lagoas de Itaipu e Piratininga

Em 2022, o CBH Baía de Guanabara mudou de visual!

A logomarca ganhou a forma do boto-cinza, animal representante da Baía de Guanabara, acompanhada de texturas que remetem à gestão dos recursos hídricos e naturais da Região Hidrográfica V.



CBH
BAÍA DE
GUANABARA

Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá

O Comitê também definiu seu primeiro mascote, o boto-cinza, que ganhou o nome de **Guaná**, em referência ao nome da baía.



“Juntos pela água, mais fortes pela Baía”

SANEAR O BRASIL É POSSÍVEL

POR MARILENE RAMOS*

Diretora de Sustentabilidade e Relações Institucionais do Grupo Águas do Brasil

Um cenário com mais de 100 milhões de pessoas sem coleta de esgoto e 30 milhões sem acesso a água tratada é devastador. Vivemos uma tragédia no Brasil, quando falamos em saneamento. A falta de coleta adequada de esgoto, tratamento e abastecimento de água não pode ser resumida em um problema de infraestrutura. É uma catástrofe que pode resultar no aumento da circulação de doenças transmitidas por vetores que vivem ou se reproduzem na água, especialmente água suja, além de trazer consequências ambientais que a ausência do esgotamento sanitário provoca, como a poluição de corpos hídricos e, em uma cadeia de infelizes eventos, a diminuição da fauna e da flora.

É uma catástrofe, sim, mas que pode ser revertida. A forte participação da iniciativa privada nas concessões de saneamento a partir do novo Marco Legal (Lei 14026/2020) mostra que o futuro pode ser bem diferente do presente.

Após décadas de estagnação, convivendo com índices de saneamento vergonhosos, o Brasil, enfim, começou a vislumbrar uma mudança nesse cenário com os





Crédito: Divulgação/Grupo Águas do Brasil

recentes leilões de concessão dos serviços regionalizados de água e esgoto em Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além de alguns municípios isolados. Os leilões atraíram prestadores privados que já se comprometeram em investir cerca de R\$ 60 bilhões, a maior parte nos próximos 10 anos, visando à universalização dos serviços em suas áreas de concessão. Além disso, as outorgas pagas de cerca de R\$ 30 bilhões estão reforçando os caixas dos estados e municípios, contribuindo com a melhora do quadro fiscal.

Até 2019, apenas 6% da população brasileira era atendida pela iniciativa privada. Mas 2020 foi um ano de virada no saneamento, com o aumento das concessões e melhorias relevantes na prestação de serviço para a sociedade. Hoje, já são 26% da população, um crescimento impressionante de 20 pontos percentuais em dois anos.

Contudo, este avanço, apesar de significativo, está ainda muito aquém da demanda de investimentos para a universalização, que está estimada em cerca de R\$ 890 bilhões. São recursos necessários para levar água de qualidade e coleta e tratamento de esgotos à população ainda sem acesso a estes serviços. A iniciativa privada, com mais de 20 anos de atuação no setor de saneamento no Brasil, já demonstrou que tem condições de fazer os investimentos em infraestrutura, bem como mantê-la e operá-la de forma eficaz, reduzindo o desperdício de água e melhorando a qualidade ambiental dos corpos hídricos, mantendo uma tarifa justa para o consumidor.

Um exemplo desta capacidade é o Grupo Águas do Brasil, que atua há 25 anos no mercado e acumula cases de sucesso, com resultados que apontam que a concessão do saneamento à iniciativa privada é uma solução para atender a dezenas de milhões de brasileiros sem acesso à infraestrutura de esgotamento e abastecimento de água.

Os avanços que construímos em Niterói, por exemplo, são emblemáticos. Assumimos o saneamento no município em 1998 e, em menos de 10 anos, alcançamos a universalização de abastecimento de água e esgoto. Naquele ano, a cidade recebia 1,8 mil l/s de água para abastecer 360 mil habitantes. Três anos depois, com a mesma vazão, a Concessionária Águas de Niterói passou a atender a mais de 500 mil moradores, inclusive a Região Oceânica, que dependia de carros-pipa e passou a ter pleno acesso à rede de água. É um exemplo de como uma gestão eficiente, focada na diminuição do desperdício, pode trazer grandes benefícios. Vinte anos depois, com os mesmos 1,8 mil l/s de água, toda a população está sendo abastecida.

Outro exemplo importante é a cidade turística de Paraty. Em 2014, quando a concessionária Águas de Paraty assumiu os serviços, a mortalidade infan

til chegava a 11 óbitos por mil nascidos vivos. Somente três anos depois, com a universalização do abastecimento de água, esse mesmo índice caiu para 1,6 morte por mil nascidos vivos na cidade. Em Araruama, a lagoa de mesmo nome apresentava com recorrência mortandade de peixes. Com o avanço da coleta e tratamento de esgotos, aquele corpo hídrico foi revitalizado e tem até cavalos-marinho, espécie que é um bioindicador da boa qualidade da água. Nas duas cidades, os avanços sociais e ambientais estão intrinsecamente ligados ao avanço do saneamento – e com impacto positivo para o desenvolvimento local, o turismo e o mercado imobiliário, por exemplo.

Os compromissos do Grupo Águas do Brasil com a sustentabilidade vão além do atendimento direto à população. Cerca de 80% da energia utilizada por todo o Grupo já é de fonte renovável, evitando a emissão do equivalente a 22 mil toneladas de CO² na atmosfera somente no ano passado. Já o programa Água de Valor evita a perda anual de 17,5 milhões de m³ de água, o suficiente para abastecer uma cidade de 260 mil habitantes, o que faz com que as concessionárias do Grupo registrem perdas menores do que a média do país.

Neste momento de transição de governos como o que estamos vivendo, é importante esclarecer à população e aos legisladores e governantes, sejam eles entrantes ou reeleitos, a importância de preservar os avanços trazidos pelo marco e a oportunidade de ouro que o Brasil tem de romper com séculos de atraso nesse setor. É evidente que qualquer retrocesso custaria ao país o prejuízo de bilhões de reais em investimentos tão necessários para a universalização dos serviços, prevista para 2033, e para que milhares de cidadãos finalmente tenham o mínimo de dignidade e de qualidade de vida no seu dia-a-dia.

Olhando para o próximo ano e para um futuro próximo, acredito que com o novo marco as bases para a universalização do saneamento estão bem estabelecidas e o caminho é para frente. Não acho que, diante de tudo o que já recolhemos como resultado, possamos retroceder. O setor privado está aí, pronto para assumir essa responsabilidade e atender cada vez mais brasileiros.



“SANEAMENTO É QUALIDADE DE VIDA”, DIZ LUANA PRETTO, DO INSTITUTO TRATA BRASIL



CONVERSAMOS COM LUANA PRETTO SOBRE O FUTURO DO SANEAMENTO NO BRASIL; LEIA A ENTREVISTA NA ÍNTEGRA.

O Brasil busca a universalização do saneamento básico até 2033, como o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal 14.026/2020) propõe. Como presidente executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Pretto se soma a outras vozes do país na luta para que todos tenham acesso ao saneamento básico.

Segundo ela, um dos grandes gargalos do setor é a conscientização da população em relação aos seus direitos e dos governantes sobre a importância de se investir adequadamente em saneamento, lançando mão de alternativas previstas no Marco Legal do Saneamento.

Em entrevista para a Revista “O Guanabara”, Luana Pretto aborda as expectativas e alguns dos desafios impostos ao setor de saneamento no Brasil, como a regionalização dos serviços por meio da formação de blocos de concessões, além de questões relativas ao futuro da Agência Nacional de Águas (ANA). Confira a seguir.

No início do atual governo, o retorno da ANA ao Ministério do Meio Ambiente gerou algumas polêmicas diante da possibilidade de transferência da regulação do setor de saneamento para outro órgão. Quais seriam os impactos dessa mudança e por que é tão importante que a ANA permaneça com a regulação do setor de águas e saneamento?

A mudança da Agência Nacional de Águas, que hoje é também de saneamento, para o Ministério do Meio Ambiente poderia não causar maiores impactos, desde que a regulação e a edição das diretrizes e normas de referência permanecessem sob o seu guarda-chuva. Como agência reguladora, a ANA é um órgão competente e independente que pode garantir a edição das normas de maneira única, técnica e participativa, promovendo, assim, o avanço do saneamento no Brasil.

Caso as competências da ANA fossem transferidas, por exemplo, para uma secretaria ligada a um ministério, as normas estariam submetidas a um viés político, o que ocasionaria um problema ainda maior para

o setor. No entanto, o que o Governo Federal alega é houve uma falha nessas tratativas e que as competências da ANA serão mantidas.

Qual o atual retrato dos investimentos em saneamento, incluindo acesso à água, coleta e tratamento de esgoto, no Brasil?

No ano de 2021, o Brasil investiu, em média, R\$ 82 por ano por habitante, considerando que a gente tem uma diferença muito grande entre as regiões em relação a esses indicadores – em regiões como a Norte se investe R\$ 50 por ano por habitante, enquanto na região Sudeste se investe R\$ 95 por ano por habitante.

Felizmente, o saneamento está apresentando melhorias no Brasil, mesmo que a passos lentos. Mas, esse investimento precisa aumentar consideravelmente para que possamos atingir as metas do Marco Legal. Teríamos que estar investindo em média, R\$ 200 ou no mínimo R\$ 150 por ano por habitante.

Quais as expectativas do setor e o que se pode esperar num cenário futuro, especialmente em relação aos projetos de parceria público privadas?

Em primeira instância, espera-se que o Marco Legal do Saneamento Básico seja mantido, sobretudo as suas premissas. É importante conservar e destacar a existência de metas claras e objetivas, com a impossibilidade de renovação dos contratos de programa e sim à exigência de realização de licitações ao término desses contratos de programas. Espera-se também um maior incentivo à regionalização e a adoção de soluções pelas companhias estaduais, quando não houver comprovação da capacidade econômico financeira para universalização em alguns municípios.

Existem muitas companhias que não conseguiram comprovar sua capacidade financeira para universalizar, até 2033, conforme a meta, todos os municípios onde elas atuam, totalmente ou parcialmente, seja por meio de financiamento ou ainda por meio de busca de recursos.

Nesses casos, é preciso buscar uma solução para esse problema e acredita-se que a formação de blocos re-

gionais para realização de licitações seja a melhor alternativa para buscar a complementação desses recursos financeiros com parcerias público privadas, seja por meio de concessão ou, ainda, de parcerias público-privadas (PPPs). O marco trouxe luz a essas questões e isso não pode retroceder.

Quais os ganhos proporcionados pelos modelos de concessões e parcerias público-privadas e de que forma eles podem contribuir para impulsionar os resultados na gestão do saneamento?

O principal ganho quanto às PPPs ou ainda às concessões público privadas é a possibilidade de buscar recursos financeiros para viabilizar o saneamento em regiões onde os investimentos estão muito aquém da necessidade.

Temos bons exemplos de empresas estaduais que têm investido bastante e apresentado avanço em seus indicadores como, por exemplo, São Paulo, que investe R\$ 126 por ano por habitante, com 98% da população com acesso à água, 94% de coleta e 70% de todo esgoto gerado tratado. Entretanto, temos estados como Acre e Rondônia, onde o investimento é muito baixo. O Acre investiu, em 2021, R\$ 5 por ano por habitante, tem 67% da população apenas com acesso à água e 15% de coleta e 11% do esgoto gerado é tratado.

As companhias estaduais com indicadores de saneamento muito ruins e investimentos insuficientes para se comprovar a capacidade de universalizar encontram no Marco Legal do Saneamento um leque de estudos que podem ser realizados e possibilidades de modelos de gestão para solucionar o problema. As PPPs e as concessões público-privadas são algumas das alternativas previstas, mas cada região poderá encontrar um modelo mais adequado à sua realidade, à sua geografia, à sua capacidade de pagamento e à sua cultura local.

Que desafios o setor enfrenta atualmente em cumprir com os compromissos e metas de tratamento de água e coleta e tratamento de esgoto?

Os desafios estão relacionados ao cumprimento das metas nas regiões onde os investimentos são muito

baixos, como, por exemplo, a região Norte do país, onde temos apenas 60% da população com acesso à água e 14% com coleta e tratamento de esgoto, e a região Nordeste com 75% da população com acesso à água e 30% com coleta e tratamento de esgoto. Essas regiões precisam buscar uma solução alternativa.

O principal desafio é fazer com que os governantes entendam a importância do saneamento como uma política pública que promove qualidade de vida para a população, que gera emprego e renda e que diminui custos com saúde. A partir do momento em que os governantes entenderem e se comprometerem a estudar o melhor modelo de gestão do saneamento, seja ele público ou privado, com uma regulação forte em cima para que as metas sejam efetivamente atingidas, poderemos ter, então, uma mudança da realidade. Mas, infelizmente, ainda temos muitos casos de não entendimento da importância do saneamento e pouco investimento e esforço na mudança dessa realidade.

De que forma a sociedade civil pode contribuir para o avanço dessas metas?

Cada pessoa deve entender que o saneamento pode mudar a sua vida, da sua família e da sua comunidade, com menos episódios de doenças, maior produtividade, menor atraso escolar, melhor renda. Se a população entender o quão positiva é a chegada do saneamento na sua região, ela vai também se mobilizar e vai efetivamente trabalhar para mudança da realidade em sua região, cobrando, seja da concessionária ou dos governantes, por meio de associações de moradores, câmara de vereadores e assembleia legislativa, o avanço desse serviço.

Então, a sociedade civil tem um papel muito importante na transformação dessa realidade ao exigir, no caso de regiões onde o acesso é muito baixo ou que não se tem acesso aos serviços de água e coleta e tratamento de esgoto, que haja a perspectiva de mudança dessa realidade. Eu costumo dizer que, se os indicadores são ruins e os investimentos são altos, existe uma perspec-

tiva de mudança. Mas, se os indicadores são ruins e se investe pouco em saneamento, não existe perspectiva de mudança dessa realidade. Portanto, o papel de cada um está em entender que o saneamento básico é um direito constitucional e, como o próprio nome já coloca, é básico.

O que vem sendo trabalhado em relação à Região da Baía de Guanabara e o que se pode esperar para a região?

Em relação à Baía de Guanabara, o que vem sendo trabalhado é, principalmente, o volume de esgoto bruto lançado, que atrapalha diretamente a capacidade de auto depuração dessa baía, promovendo menos vida para fauna e flora que ali reside. O projeto futuro mais aguardado é, efetivamente, a criação do anel que faz com que o esgoto bruto não seja lançado na baía.

De que forma o Instituto Trata Brasil vem atuando para a melhoria da saúde da população e a proteção dos recursos hídricos do país?

O Instituto Trata Brasil vem trabalhando para a melhoria da qualidade de vida da população e proteção dos recursos hídricos por meio da conscientização da população e cobrança dos governantes, por meio do lançamento de estudos recorrentes. Lançamos, por exemplo, o Ranking do Saneamento, Estudo de Perda de Água, Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira e, ainda, estudos para o Marco Legal do Saneamento Básico.

Esses materiais permitem que a realidade do saneamento seja apresentada de forma transparente à população, fazendo com que os governantes entendam a importância do investimento no saneamento, da adoção de uma solução para a sua região, bem como do acompanhamento e fiscalização do avanço desses serviços. Nosso objetivo é mostrar que quanto mais se investe em saneamento, mais obras são realizadas e maior o percentual da população com acesso aos serviços. Conseqüentemente, teremos menos piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento lançados em nossos rios e mares.

GESTÃO COSTEIRA, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COMUNICAÇÃO SERÃO FOCOS DO CBH BAÍA DE GUANABARA EM 2023

Em 17 anos de existência, o Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara acumula ações, programas e projetos com foco no uso sustentável dos recursos naturais, na recuperação ambiental e na conservação dos corpos hídricos. Além disso, tem buscado universalizar o acesso dos moradores ao abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para 2023, o Comitê projeta concentrar esforços na gestão costeira, na incorporação de dados sobre mudanças climáticas e no aprimoramento da comunicação, tanto interna como externa, visando melhorar o relacionamento com a comunidade da Região Hidrográfica V, segundo Adriana Bocaiuva, diretora-presidente do CBH Baía de Guanabara.

Representante da Associação de Moradores do Alto Gávea (Amalga) e membro do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas, ela foi eleita em setembro desse ano a diretora-presidente do CBH Baía de Guanabara para o biênio 2022/2024. É advogada especializada em Direito Ambiental, mestre em Engenharia Urbana Ambiental pela Technische Universität Carolo-Wilhelmina zu Braunschweig e PUC-Rio e doutora em Políticas Públicas Ambientais do Instituto de Economia da UFRJ.

“O Comitê entende que os recursos precisam ser me-



Foto: Antônio Marcos

Adriana Bocaiuva fala sobre os destaques do CBH Baía de Guanabara para 2023



Foto: Júnior Alves

Baía de Guanabara vista da Enseada de Botafogo

lhor comunicados à sociedade. O Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água é um exemplo de que precisamos avançar mais no aspecto da comunicação. Devemos comunicar aos nossos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) em que projetos estamos atuando, por exemplo. Quando aprovarmos o Plano de Bacia, no ano que vem, faremos uma comunicação bem eficiente sobre ele”, afirma Adriana.

Um grande projeto para 2023 é a coordenação do Fórum Fluminense de Comitês de Bacia, assumido pelo Comitê no fim desse ano. Já está aprovada a criação de uma Câmara Costeira no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) e o CBH Baía de Guanabara está conseguindo avançar na articulação da gestão hídrica e costeira, o que vai gerar inúmeros benefícios para a população.

Outra meta para o próximo ano é avançar na incorporação de dados relativos às mudanças climáticas de forma transversal em todos os instrumentos de gestão, de modo que todos os projetos do Comitê

tenham como norte a justiça ambiental e a ampliação de investimentos em educação ambiental. Isso porque um dos pontos principais do trabalho do CBH Baía de Guanabara é justamente promover a conservação, recuperação e a sustentabilidade ambiental dos recursos naturais.

Um elemento muito positivo é a entrada de novas concessionárias de água e saneamento para atuar junto ao Comitê, o que trará novas ideias e possibilitará a criação de novos projetos para o próximo ano. “Nas nossas dinâmicas, dentro do escopo da comunicação interna, quando deliberamos sobre qualquer tema, queremos que todos tenham a liberdade de expor suas opiniões e sempre fazemos questão de respeitar e debater pontos de vista diferentes. Por isso, a entrada dessas novas concessionárias é muito bem vista por nós”, ressalta a diretora-presidente.

O ano de 2023 promete, e o CBH Baía de Guanabara vai continuar trabalhando duro para cumprir suas metas em favor do meio ambiente.

Fique por dentro de tudo o
que acontece no Comitê!

Acesse nosso site
comitebaiadeguanabara.org.br

Siga o **CBH Baía de Guanabara**
nas redes sociais

 @comitebaiadeguanabara

 /Comitê Baía de Guanabara

 @cbh_bg

 /company/comite-baia-de-guanabara

 Comitê Baía de Guanabara



Acompanhe
as novidades



CBH
BAÍA DE
GUANABARA

Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá